



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento,
Aquicultura e Pesca

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEAG – 2015

VITÓRIA/ES

2016



Governo do Estado do Espírito Santo

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
GOVERNADOR DO ESTADO

CÉSAR ROBERTO COLNAGHI
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

OCTACIANO GOMES DE SOUZA NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E
PESCA

MARCELO SUZART DE ALMEIDA
SUBSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, DA AQUICULTURA E DA
PESCA

JULIANA PAIVA FARIA FALEIRO
SUBSECRETÁRIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

JOSÉ CARLOS BUFFON
DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO – CEASA/ES

WANDERLEY STUHR
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

JOSÉ MARIA DE ABREU JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

O setor agrícola do estado do Espírito Santo vem passando por transformações significativas em seus processos produtivos, muito relacionadas principalmente a fatores econômicos, sociais e ambientais. As mudanças climáticas, por exemplo, tem afetado diretamente a disponibilidade de água e a produtividade das culturas, o que interfere na qualidade de vida dos agricultores de base familiar do Estado e na oferta de alimentos para a sociedade em geral.

O desafio exige que a SEAG esteja cada vez mais preparada para atuar neste ambiente de constantes mudanças, aperfeiçoando no mesmo sentido os seus processos de gestão. É necessário ajustar o foco para as novas vertentes, trabalhando uma abordagem centrada em inovação, sustentabilidade e empreendedorismo no meio rural. Investimentos expressivos em ciência, tecnologia e pesquisa aplicada, com ênfase também na contínua capacitação do produtor e nas especificidades de cada região, são extremamente necessários para que o Estado continue alcançando altos índices de produtividade agrícola com maior eficiência.

A sustentabilidade na reservação e preservação da água e na ampliação da cobertura vegetal, principalmente com a construção de uma política de segurança hídrica que garanta água o ano todo para o produtor rural capixaba, faz parte de um ciclo de melhorias necessárias para fomentar a permanência do homem no campo, priorizando o adensamento do arranjo produtivo e a geração de renda.

Neste sentido, a SEAG trabalhou fortemente em 2015 no processo de construção do “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba” – PEDEAG 3 2015 - 2030 – como a principal ferramenta de planejamento que norteará as ações efetivas em prol do setor agrícola do Estado. Este relatório de gestão retrata os principais esforços da SEAG em 2015 para executar as ações necessárias com os recursos disponíveis, valorizando o capital humano, a sustentabilidade, a tecnologia e a capacidade de inovar.

Octaciano Gomes de Souza Neto

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nova estrutura da SEAG.....	11
Figura 2: PEDEAG 3	16
Figura 3: Mapa de precipitação acumulada no Espírito Santo (janeiro a setembro de 2015).....	18
Figura 4: Índice de Precipitação Normalizada (SPI) no Espírito Santo (novembro de 2014 a outubro de 2015).	19
Figura 5: Laudos sobre os Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Segunda Geração.....	34
Figura 6: Visita ao assentamento Independência, em Conceição da Barra (vista da área que será alagada).....	35
Figura 7: Visita ao assentamento Bela Vista, em Montanha (vista da barragem que será ampliada).	35
Figura 8: Visita ao assentamento Três Pontões, em Nova Venécia (vista da área que será alagada).	36
Figura 9: Visita ao assentamento Vale da Vitória, em São Mateus.....	36
Figura 10: Visita ao assentamento Córrego Grande, em São Mateus.	37
Figura 11: FUNSAF	38
Figura 12: Divulgação do edital + Pesquisa AgroCapixaba no interior do Estado	46
Figura 13: Aplicação de calcário em propriedade de café em Guarapari.....	49
Figura 14: Kits com equipamentos para aquicultura distribuídos pela SEAG.	56
Figura 15: Municípios do ES com ações em Agroecologia.	58
Figura 16: Divulgação da feira agroecológica no Boulevard Shopping.	60
Figura 17: Realização de feira agroecológica no Boulevard Shopping.	60
Figura 18: Comparação do valor ICMS incidente no Etanol sem redução e o valor atual.	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção de café (t)	23
Gráfico 2: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção da fruticultura (t)	24
Gráfico 3: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção de olericultura (t).....	24
Gráfico 4: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção agrícola (t)	25
Gráfico 5: Perdas das macrorregiões na produção agrícola em valores monetários.....	25
Gráfico 6: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção leite (mil litros)	26
Gráfico 7: Perdas das macrorregiões na produção de leite em valores monetários	26
Gráfico 8: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção (quant. agrícola + leite).....	27
Gráfico 9: Perdas das macrorregiões na produção (agrícola e leite) em valores monetários.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Competências das Gerências da Subsecretaria de Desenv. Agropecuário, da Aquicult. e da Pesca.....	12
Quadro 2: Competências das Gerências da Subsecretaria para Assuntos Administrativos	13
Quadro 3: Competências da Gerência de Comunicação	14
Quadro 4: Temas das oficinas de trabalho do PEDEAG 3 e locais de realização	17
Quadro 5: Equipamentos concedidos pela SEAG para produção de farinha em assentamentos.	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estimativa de variação na área, produção e rendimento médio em relação ao que era esperado para 2015.	20
Tabela 2: Estimativa de perda anual na produção de 2015 em valores monetários para os produtos avaliados em cada macrorregião.	21
Tabela 3: Estimativa de produção anual de 2015 em toneladas após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.	22
Tabela 4: Estimativa de produção anual de 2015 em toneladas após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.	22
Tabela 5: Estimativa de valor da produção anual de 2015 em valores monetários após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.	23
Tabela 6: Resultados do Programa "Energia Mais Produtiva" em 2015.	40
Tabela 7: Somatório de trechos de conservação rodoviária e valores investidos, referente ao programa "Caminhos do Campo" no período de 2015.	42
Tabela 8: Somatório de trechos em execução, extensão da malha viária e valores investidos, referente ao programa "Caminhos do Campo" no período de 2015.	43
Tabela 9: Distribuição dos recursos financeiros do Programa + Pesquisa AgroCapixaba por tema ...	45
Tabela 10: Municípios Beneficiados, nº de agricultores familiares e quantidade de calcário.	48
Tabela 11: Aquisição de máquinas e equipamentos para o abatedouro regional em Guaçuí.	50
Tabela 12: Distribuição de tanques resfriadores segundo o número de municípios e agricultores familiares beneficiados, no período de 2011 a 2014.	51
Tabela 13: Demonstração dos equipamentos disponibilizados pela SEAG em 2015 com recursos Estaduais, segundo suas quantidades.	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A SEAG	10
2. PLANO GOVERNAMENTAL – ESPÍRITO SANTO 2030	14
3. PEDEAG 3: O PLANEJAMENTO DO AGRONEGÓCIO CAPIXABA	15
4. A CRISE HÍDRICA E SEUS IMPACTOS	18
4.1 Estiagem sob o ponto de vista meteorológico	18
4.2 Índice de Precipitação Normalizada (SPI) no Espírito Santo	19
4.3 Estatísticas da produção agrícola	19
4.4 Estimativa de perdas	21
4.5 Estimativa de produção após descontadas as perdas	22
4.6 Estimativa de produção após descontadas as perdas	23
5. AÇÕES DA SEAG EM SUSTENTABILIDADE	28
5.1 Assessoria e Atendimento ao Público	29
5.2 Participação em Conselhos e Comissões	30
5.3 Integração para Gestão dos Recursos Hídricos	31
5.4 Programa Estadual de Construção de Barragens	32
5.4.1 Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Primeira Geração	33
5.4.2 Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Segunda Geração	34
5.5 Infraestrutura em Assentamentos	34
5.5.1 Projetos de Barragens em Assentamentos Rurais	34
5.5.2 Fundo Social de Apoio a Agricultura Familiar – FUNSAF	37
5.5.3 Programa “Energia Mais Produtiva”	39
5.5.4 Revitalização de Assentamentos Estaduais	40
5.6 Programa “Caminhos do Campo”	41
6. AÇÕES DA SEAG EM INOVAÇÃO	44
6.1 Programa + Pesquisa AgroCapixaba	44
6.2 Programa de Gestão Avançada das Cooperativas Agropecuárias	46
6.3 Programa “Calcário Correto”	47
6.4 Programa de Fortalecimento da Pecuária	49

6.4.1	Implantação da Regionalização de Matadouros e Entrepósitos Inspeccionados	49
6.4.2	Implantação de Tanques de Resfriamento e Granelização do Transporte	51
6.4.3	Melhoramento Genético do Gado de Leite	51
6.4.4	Melhoramento Genético da Pecuária de Leite em Propriedades Familiares.....	52
6.4.5	Projeto Controle da Brucelose e Tuberculose	53
6.5	Fortalecimento da Aquicultura e da Pesca	54
6.6	Estruturação da Política Estadual de Agricultura Orgânica	56
6.7	Abertura de Novos Canais de Comercialização	59
6.8	Parceria para a criação do Complexo de Armazenagem de Grãos em Viana/ES	61
6.9	Estudo sobre a redução do ICMS do Etanol.....	63
6.10	Criação de Comitês Gestores	66
6.11	Disponibilização de Máquinas e Equipamentos.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS		70
REFERÊNCIAS		72

INTRODUÇÃO

No Espírito Santo a agricultura e seus negócios associados cumprem relevante função socioeconômica. Apesar da reduzida extensão territorial, com apenas 0,5% de toda a dimensão do País, o Estado apresenta uma diversidade de ambientes que é caracterizada por grande riqueza natural. A agricultura familiar é de grande importância nesse contexto, sendo 80% dos estabelecimentos agrícolas de base familiar. Sob essa ótica a agropecuária revela-se como o segmento mais importante para 61 dos 78 municípios capixabas, em termos de geração de emprego e renda. Entre os diferentes seguimentos produtivos que compõem o Valor Bruto da Produção Agropecuária capixaba destacam-se a cultura do café, a produção animal, a fruticultura, a olericultura e a silvicultura.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária capixaba atingiu mais de R\$ 8,2 bilhões de reais em 2015. A produção agrícola (lavouras permanentes e temporárias) atingiu 5,9 milhões de toneladas. O Espírito Santo é destaque nacional na produção e exportação de café, sendo o maior produtor de conilon. No setor agropecuário a cafeicultura é a atividade de maior importância em termos econômicos, tendo sido responsável por aproximadamente 39% do valor da produção agropecuária em 2015. A produção animal (carnes, leite e ovos) tem se desenvolvido nos últimos anos graças aos investimentos em tecnologia e infraestrutura no setor. A produção animal representou aproximadamente 28% do valor da produção agropecuária em 2015. A cafeicultura e a produção animal juntas representam em torno de 66% do valor da produção agropecuária.

O setor agropecuário continua sendo um dos principais geradores de emprego e renda para a maioria dos municípios capixabas, mesmo tendo sido prejudicado pela crise hídrica e seca devido ao baixo índice pluviométrico registrado no último ano. A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG – vem trabalhando fortemente para o desenvolvimento sustentável da agricultura capixaba, a qual possui grande importância socioeconômica para o Estado. Diversas ações efetivas em benefício do público-alvo foram realizadas em 2015, mesmo perante a um cenário adverso e à redução de mais de 70% no orçamento da Secretaria, se comparado ao exercício anterior.

Portanto, este relatório apresenta as principais iniciativas desenvolvidas pela SEAG no ano de 2015, alinhadas à conjuntura econômica, social e ambiental e com as orientações contempladas no Planejamento Estratégico do Governo, que foca prioritariamente o atendimento aos segmentos mais vulneráveis e o desenvolvimento regional equilibrado.

O relatório está dividido em cinco partes: na primeira parte foi feita uma contextualização sobre a SEAG, apresentando a sua nova estrutura organizacional e as atribuições básicas de cada gerência; a segunda parte apresenta a ótica para a agricultura contida no plano de desenvolvimento “Espírito Santo 2030” e a concernente elaboração do “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba” – PEDEAG 3 2015 - 2030 – como a principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Espírito Santo; a terceira parte descreve tecnicamente a crise hídrica enfrentada no Estado e seus impactos para a agricultura, influenciando diretamente no planejamento e nas ações desenvolvidas pela SEAG; a quarta parte descreve e apresenta os resultados dos principais programas, projetos e ações executados pela SEAG no ano de 2015, sob o ponto de vista da sustentabilidade e da inovação; e a quinta parte traz as considerações finais e as referências utilizadas neste documento.

1. A SEAG

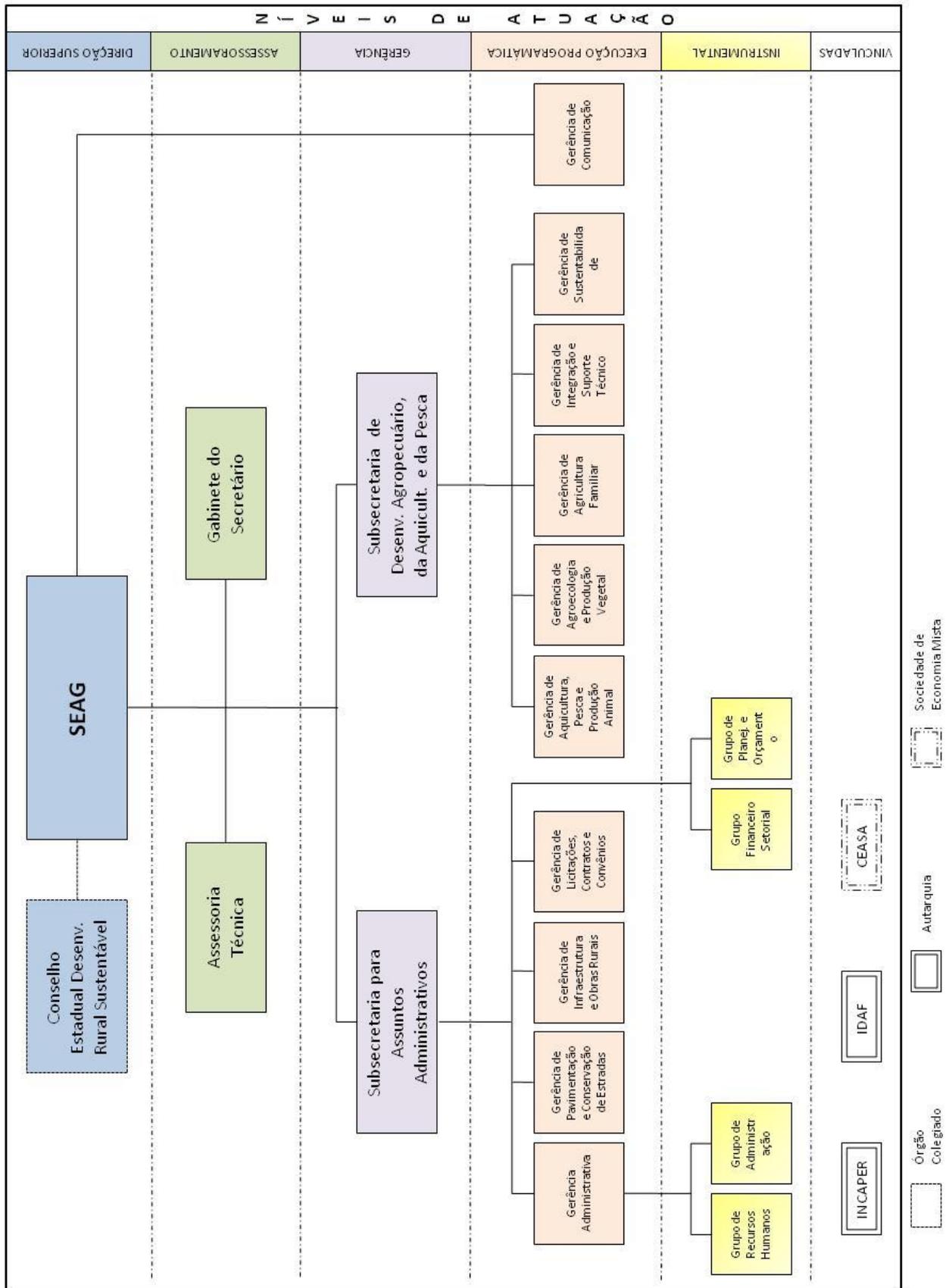
A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG – tem por finalidade planejar, promover, coordenar, orientar, estimular e regular as atividades agropecuárias, da pesca e da aquicultura, visando o desenvolvimento rural sustentável do Espírito Santo. É responsável pela promoção, coordenação e análise da execução de programas de desenvolvimento florestal e de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais renováveis no âmbito do Estado, além das políticas de abastecimento, controle, fiscalização, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária dos produtos de origem animal.

Com intuito de adequar-se ao atual cenário econômico, social e ambiental, focada no processo de gestão orientada para resultados e na otimização de recursos, a SEAG decidiu em 2015 alterar a sua estrutura organizacional, tornando-a mais alinhada aos objetivos estratégicos definidos e às necessidades do nosso público-alvo. A nova estrutura também prevê uma maior integração entre as gerências, com a utilização de mecanismos de gestão mais eficientes. A Figura 1 ilustra a nova estrutura organizacional da SEAG.

Atualmente a SEAG conta com duas Subsecretarias: a Subsecretaria de Desenvolvimento Agropecuário, da Aquicultura e da Pesca e a Subsecretaria para Assuntos Administrativos; cinco Gerências Técnicas: de Aquicultura, Pesca e Produção Animal (GAPPA), de Agroecologia e Produção Vegetal (GEAP), de Agricultura Familiar (GEAF), de Integração e Suporte Técnico (GISTE) e de Sustentabilidade (GESUST); quatro Gerências de Apoio: Administrativa (GEAD), de Pavimentação e Conservação de Estradas (GEPAV), de Infraestrutura e Obras Rurais (GIOR) e de Licitações, Contratos e Convênios (GELICC); e uma Gerência de Comunicação (GECOM), ligada diretamente à Direção Superior.

São três os órgãos vinculados à SEAG: Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (CEASA).

Os Quadros 1, 2 e 3 especificam quais são as principais competências das gerências da SEAG.



Gerência de Aquicultura, Pesca e Produção Animal - GAPPA	Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal - GEAP
Assessorar na formulação de políticas de governo, objetivando o desenvolvimento e melhorias dos arranjos produtivos locais e/ou regionais relacionados à produção animal, aquicultura e a pesca;	Assessorar na formulação de políticas de governo, objetivando o desenvolvimento e melhorias dos arranjos produtivos locais e/ou regionais relacionados produção vegetal, a agroecologia e produção orgânica;
Propor estudos, ações e programas que visem ao aumento da produção, qualidade e produtividade de forma sustentável, aliado à preservação de recursos naturais;	Propor estudos, ações e programas que visem ao aumento da produção, qualidade e produtividade de forma sustentável, aliado à preservação de recursos naturais;
Promover articulação para captação de recursos, elaborar e incentivar projetos de pesquisa, desenvolvimento, assistência técnica e extensão rural e transferência de tecnologia;	Promover articulação para captação de recursos, elaborar e incentivar projetos de pesquisa, desenvolvimento, assistência técnica e extensão rural e transferência de tecnologia;
Monitorar os trabalhos de defesa sanitária e de inspeção animal, segurança alimentar e legislação agroindustrial;	Monitorar os trabalhos de defesa fitossanitária e de inspeção vegetal, segurança alimentar e legislação agroindustrial;
Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.	Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.
Gerência de Agricultura Familiar - GEAF	Gerência de Sustentabilidade - GESUST
Assessorar a formulação de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, ao reordenamento agrário, ao crédito fundiário, à educação rural, à comercialização, à infraestrutura produtiva e à geração de renda;	Propor estudos, ações e programas que visem ao desenvolvimento de atividades rurais de forma sustentável;
Secretariar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e assessorar os conselhos municipais;	Promover ações relativas à preservação, recuperação, manejo e uso adequados de recursos hídricos, solo e floresta;
Articular a integração da agricultura familiar às cadeias produtivas do agronegócio capixaba;	Promover a articulação para captação de recursos visando à execução de obras de infraestrutura hídrica e de preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural;
Apoiar demais gerências na condução de projetos e ações inter-relacionadas e articular-se com instituições, vinculadas ou não, com vistas ao atendimento aos agricultores familiares;	Apoiar demais gerências na promoção da sustentabilidade no meio rural e na condução de projetos e ações inter-relacionadas;
Colaborar no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.	Colaborar, no âmbito de sua competência, com a formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.
Gerência de Integração e Suporte Técnico - GISTE	
Participar da concepção e acompanhamento da execução de estudos, ações e programas e projetos das demais gerências da SEAG;	
Conceber instrumentos de gerenciamento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos;	
Levantar, processar, armazenar e fornecer informações do setor agrícola;	
Acompanhar tecnicamente a aquisição e a utilização de bens móveis e imóveis cujo uso é concedido pela SEAG;	
Colaborar com a formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.	

Quadro 1: Competências das Gerências da Subsecretaria de Desenv. Agropecuário, da Aquicult. e da Pesca
Fonte: DIO-ES – 22/10/2015 (adaptado)

Gerência Administrativa - GEAD	Gerência de Licitações, Contratos e Convênios - GELICC
Acompanhar a execução da despesa da SEAG, sob seu aspecto qualitativo e quantitativo;	Coordenar e executar todas as etapas de compras e contratações realizadas pela SEAG;
Realizar a análise, triagem, instrução e saneamento de processos de execução de despesas para deliberação superior;	Analisar, instruir, sanear os processos de contratações e propor ações para que as aquisições e contratações sejam eficientes;
Programar, organizar e controlar o abastecimento da Secretaria com material que se fizer necessário;	Orientar e apoiar a confecção de termos de referência pelas demais gerências;
Supervisionar e monitorar as atividades operacionais a cargo dos grupos de administração e de recursos humanos;	Ratificar ou retificar os procedimentos adotados pelas comissões de licitação, pregoeiro e respectiva equipe de apoio;
Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.	Coordenar e executar os procedimentos relativos a convênios federais e estaduais, em consonância com as legislações vigentes;
	Coordenar e executar as atividades relativas à prestação de contas de convênios federais e estaduais;
	Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.
Gerência de Pavimentação e Conservação de Estradas Rurais - GEPAV	Gerência de Infraestrutura e Obras Rurais - GIOR
Elaborar, propor, acompanhar e aprovar os projetos relativos à pavimentação, recuperação e sinalização de estradas rurais, relativos ao Programa Caminhos do Campo ou outro correlato;	Propor estudos e projetos de infraestrutura rural;
Acompanhar e fiscalizar a execução das respectivas obras e serviços contratados para pavimentação, recuperação e sinalização de estradas rurais, diretamente ou em parcerias com instituições públicas ou privadas;	Acompanhar e fiscalizar a execução de projetos de obras e edificações contratados diretamente pela SEAG ou em parceria com instituições públicas ou privadas, destacando-se a realização de obras, edificações e serviços relativos à telefonia, eletrificação rural, infraestrutura de barragens, e outras obras de interesse econômico e social vinculadas à agricultura;
Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.	Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.

Quadro 2: Competências das Gerências da Subsecretaria para Assuntos Administrativos
Fonte: DIO-ES – 22/10/2015 (adaptado)

Gerência de Comunicação - GECOM
Coordenar as relações da SEAG e suas vinculadas com os meios de comunicação;
Assessorar o Secretário e Diretores das vinculadas em suas relações com a imprensa;
Planejar e supervisionar as ações, planos, programas e campanhas promovidas pela SEAG e vinculadas;
Viabilizar a execução e divulgação dos eventos direcionados para o setor rural apoiados pela SEAG;
Produzir material de divulgação para os veículos de comunicação e mídia social;
Colaborar, no âmbito de sua competência, na formulação de propostas orçamentárias anuais e plurianuais do sistema público agrícola.

Quadro 3: Competências da Gerência de Comunicação

Fonte: DIO-ES – 22/10/2015 (adaptado)

2. PLANO GOVERNAMENTAL – ESPÍRITO SANTO 2030

De acordo com o plano de desenvolvimento “Espírito Santo 2030”, elaborado pelo Governo e as diferentes entidades, lideranças e organizações da sociedade capixaba, um foco importante para o desenvolvimento regional no Espírito Santo é apostar na diversidade de produção da agricultura familiar e do agronegócio, agroturismo e turismo rural, para atender aos mercados potenciais de cada microrregião e seu entorno. O fortalecimento desses segmentos está ligado à valorização de elementos constitutivos da identidade sociocultural local e à diversidade de paisagismo natural, combinando montanhas, praias, pedras, rios, mangues, florestas e biodiversidade.

A prevalência das potencialidades de uma região tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas em cada território, reflexo da evolução nas bases sociais evidenciada em indicadores como: educação, saúde, longevidade e renda. Ampliar a inserção competitiva dos produtos e serviços da agricultura familiar nos mercados nacionais e internacionais, proporcionando segurança alimentar, sustentabilidade e aumento da renda é outro objetivo importante traçado no plano de desenvolvimento.

Porém, o desenvolvimento precisa estar alinhado com o conceito de sustentabilidade, que pressupõe um equilíbrio entre o sistema econômico, o meio ambiente e os aspectos sociais. O desenvolvimento deve seguir uma trajetória que se sustente no longo prazo, com uso racional dos recursos naturais, garantindo às futuras gerações as condições para sua sobrevivência e desenvolvimento.

Portanto, o foco na proteção e recuperação dos recursos naturais, a necessidade de traçar os rumos de um novo contexto político e institucional na direção do máximo valor agregado em termos ambientais, econômicos e humanos e a busca pelo alto desenvolvimento humano dentro dos limites dos recursos naturais foram os principais objetivos relacionados ao meio ambiente que foram identificados e planejados para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

Diante destes desafios, o governo do Estado, representado pela SEAG e suas instituições vinculadas, vêm adotando modelos e ferramentas de planejamento estratégico de forma participativa, em busca de sintonia entre a realidade atual, o futuro que se pretende construir para o agronegócio capixaba e os caminhos que é preciso trilhar para que esse futuro se concretize. Assim, o “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba” – PEDEAG 3 2015 - 2030 – foi iniciado pela SEAG em 2015, sendo a principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Espírito Santo.

3. PEDEAG 3: O PLANEJAMENTO DO AGRONEGÓCIO CAPIXABA

O PEDEAG 3 é um instrumento de análise do cenário atual e futuro que tem o objetivo de estabelecer estratégias e iniciativas que possam ser planejadas, geridas e implantadas, com foco na geração de melhores resultados para o agronegócio capixaba. A elaboração deste planejamento foi a maior ação realizada pela SEAG no ano de 2015, a qual balizará todas as outras ações da Secretaria voltadas para o agronegócio capixaba nos próximos anos.

O primeiro PEDEAG foi elaborado em 2003, a partir de uma iniciativa pioneira na história recente da agricultura capixaba. Logo, o PEDEAG se transformou na principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Estado. Em 2008, a SEAG elaborou o NOVO PEDEAG, mantendo as linhas e diretrizes da primeira versão, mas aprofundando a visão estratégica por culturas e regiões do Estado.



Figura 2: PEDEAG 3
Fonte: <http://www.pedeag.es.gov.br/>

O PEDEAG 3 reuniu os avanços obtidos nos últimos anos, com uma abordagem centrada em inovação, sustentabilidade e empreendedorismo. Tudo isso alinhado com a análise de temas transversais, tais como capital humano, sustentabilidade, tecnologia e capacidade de inovação, organização da produção, logística e comercialização, dentre outras.

A formulação do PEDEAG 3 partiu da análise de cenários e da elaboração de diagnósticos, identificando oportunidades e desafios, estabelecendo objetivos e metas e definindo programas e iniciativas. Na primeira fase foram realizadas 58 oficinas de trabalho em todas as regiões do Estado, que contaram com o envolvimento de mais de seis mil produtores rurais, especialistas, pesquisadores e representantes dos variados arranjos produtivos da agropecuária capixaba. Ao todo, foram mais de dois mil questionários respondidos pelos participantes.

Temas	Municípios
Agroindústria	Venda Nova do Imigrante
Apicultura	Fundão
Aquicultura	Muniz Freire e São Domingos do Norte
Avicultura	Marechal Floriano e Santa Maria de Jetibá
Banana	Iconha e Marilândia
Cacau	Linhares e Cachoeiro de Itapemirim
Café arábica	Brejetuba e Alegre
Café conilon	São Gabriel da Palha, Jaguaré, Alegre e Vitória
Cana-de-açúcar	Itapemirim e Conceição da Barra
Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Afonso Cláudio e Colatina
Equideocultura	Vila Velha
Floricultura	Santa Teresa e Guaçuí
Frutas para indústria (maracujá, goiaba e manga)	Sooretama, Laranja da Terra e Pedro Canário
Heveicultura	Guarapari
Irrigação e outorga	Pinheiros e Itarana
Mamão	Linhares e Vitória
Morango	Santa Maria de Jetibá
Mudanças Climáticas	Vitória
Olericultura	Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins
Ovinocultura	Guarapari
Pecuária de corte	Ecoporanga e Vila Velha
Pecuária de leite	Montanha e Cachoeiro de Itapemirim
Pesca	Serra e Piúma
Pesquisa e inovação	Linhares e Jerônimo Monteiro
Pimenta-do-Reino	São Mateus
Polo de uva	Santa Teresa
Produção Agroecológica e Orgânica	Nova Venécia e Cariacica
Produtos florestais não madeireiros	Venda Nova do Imigrante
Seguro agrícola	Venda Nova do Imigrante
Silvicultura	Vitória, Aracruz e Mucurici
Suinocultura	Marechal Floriano e Castelo

Quadro 4: Temas das oficinas de trabalho do PEDEAG 3 e locais de realização
Fonte: <http://www.pedeag.es.gov.br/> (adaptado)

O processo de elaboração do PEDEAG 3 teve sua complexidade aumentada devido ao cenário de crise hídrica e estiagem enfrentado no Espírito Santo nos últimos semestres. As mudanças climáticas têm afetado diretamente a disponibilidade de água e a produtividade das culturas, o que vem interferindo diretamente na qualidade de vida dos agricultores de base familiar do Espírito Santo e na oferta de alimentos para a sociedade em geral. Esse consiste no grande desafio da SEAG, que precisou concentrar esforços no ano de 2015 em busca de alternativas para a redução dos riscos do setor agropecuário e promoção do desenvolvimento local e regional em suas ações de planejamento.

4. A CRISE HÍDRICA E SEUS IMPACTOS

4.1 Estiagem sob o ponto de vista meteorológico

O INCAPER realizou em 2015 os levantamentos dos totais acumulados de chuva da rede pluviométrica e de estações meteorológicas operadas pelo Sistema de Informações Meteorológicas, localizadas em todo o Espírito Santo. As análises foram baseadas no desvio de precipitação em relação às médias históricas dos respectivos pontos de coleta dos dados.

A Figura 3 mostra o acumulado de chuva observado no Espírito Santo entre janeiro e setembro de 2015, com destaque para a região Noroeste capixaba que vem sofrendo mais o impacto da prolongada estiagem. Em algumas localidades, não foi registrado o acumulado de 300 mm até setembro.

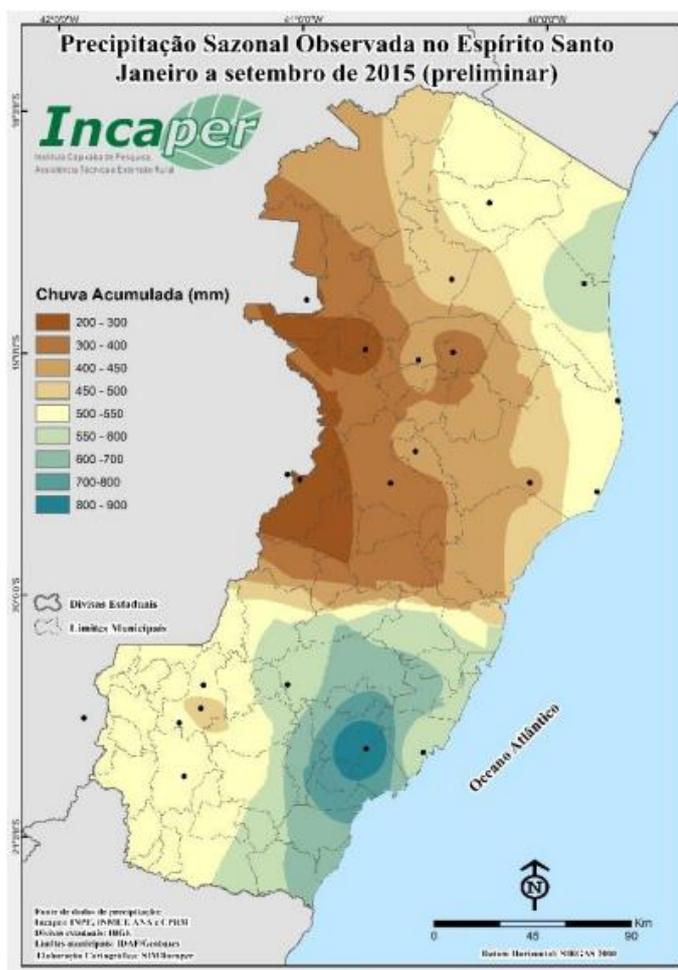


Figura 3: Mapa de precipitação acumulada no Espírito Santo (janeiro a setembro de 2015).
Fonte: INCAPER.

4.2 Índice de Precipitação Normalizada (SPI) no Espírito Santo

O Índice de Precipitação Normalizada verificado no período de novembro de 2014 a outubro de 2015 no Espírito Santo está apresentado na Figura 4, que evidencia a gravidade da crise hídrica no Estado, com prevalência do SPI classificado como **Extremamente Seco**, com baixíssimos registros da classificação **Moderadamente Seco e Seca Incipiente**.

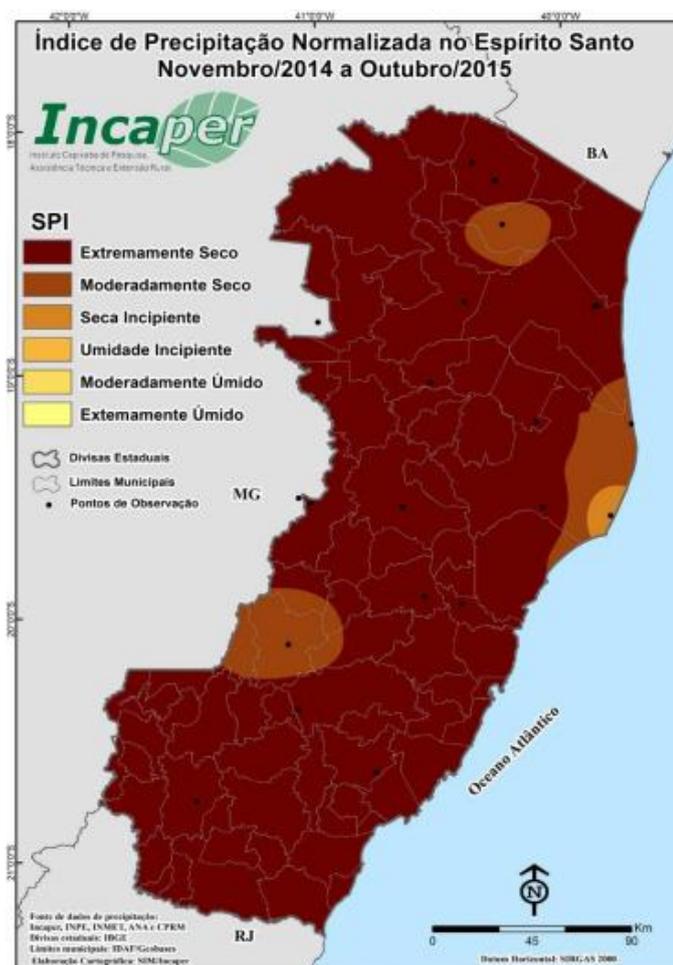


Figura 4: Índice de Precipitação Normalizada (SPI) no Espírito Santo (novembro de 2014 a outubro de 2015).
Fonte: INCAPER.

4.3 Estatísticas da produção agrícola

O levantamento realizado pelo IBGE, CONAB e INCAPER no primeiro semestre de 2015 mostrava uma previsão de queda de 12,8% na produção agrícola em relação ao que era esperado para 2015 (Tabela 1). Quanto ao rendimento

médio, a previsão era de redução de 12,7%. Na cafeicultura a previsão de queda era de 22,6% na produção (2.860 mil sacas) e 20,9% no rendimento médio. Quando o levantamento foi feito, a colheita do conilon estava praticamente concluída, no entanto, a colheita do arábica estava em 60%.

No que se refere ao milho, a estimativa era de redução de 41,9% na área colhida e queda de 51,2% na produção. Para a mandioca a previsão era de redução de 51,9% na área colhida e queda de 12,3% na produção. Para a fruticultura a previsão era de redução de 10% na produção e de queda de 10,8% no rendimento médio. Para a olericultura a previsão era de redução de 8% na produção e queda de 18,2% no rendimento médio. Para a cana-de-açúcar a previsão era de redução de 12,5% na produção e queda de 12,7% no rendimento médio.

Tabela 1: Estimativa de variação na área, produção e rendimento médio em relação ao que era esperado para 2015.

Produtos	Previsão para 2015			Variação % em relação ao esperado com base na área plantada ou em produção		
	Área colhida ou a colher	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Área colhida	Produção	Rendimento médio
Cafeicultura	437.668	600.352	1.372	-2,2	-22,6	-20,9
Feijão	13.497	14.123	1.046	-13,5	5,3	21,8
Milho	13.456	31.571	2.346	-41,4	-51,2	-16,6
Mandioca	4.680	143.106	30.578	-51,9	-12,3	82,3
Fruticultura	72.969	1.088.034	14.911	0,8	-10,0	-10,8
Olericultura	26.756	889.722	33.253	12,4	-8,0	-18,2
Pimenta-do-reino	3.737	10.897	2.916	39,3	42,5	2,3
Cana-de-açúcar	76.669	3.567.050	46.525	0,5	-12,5	-12,9
Total	649.432	6.344.855	9.471	-0,1	-12,8	-12,7

Nota: produção agrícola de 2015 refere-se às safras de 2014/2015 e às culturas temporárias com colheita ou previsão de colheita em 2015.

4.4 Estimativa de perdas

Ainda de acordo com o levantamento, haveria uma perda de 1,25 bilhões de reais na produção anual de 2015. Comparado com o valor da produção desses mesmos produtos no ano anterior, esse valor representaria aproximadamente 20% do valor apurado para esses produtos. Comparado com o valor total da agropecuária em 2014, esse valor representaria aproximadamente 14% de tudo que foi produzido na agropecuária (Tabela 2).

Tabela 2: Estimativa de perda anual na produção de 2015 em valores monetários para os produtos avaliados em cada macrorregião.

Produto	Espírito Santo	Participação das microrregiões			
		Central (Centro Norte)	Metropolitana (Centro Serrano)	Norte (Extremo Norte)	Sul (Sul Caparaó)
Cafeicultura	-824.488.150,83	-371.334.203,36	-68.077.934,80	-301.583.788,86	-83.492.223,81
Feijão	1.712.119,06	-884.003,87	7.398.117,43	-2.416.604,17	-2.385.390,33
Milho	-18.972.304,00	-2.443.246,33	-6.436.540,00	363.704,67	-10.456.222,33
Mandioca	-1.911.174,12	-218.794,67	-31.664,78	-584.440,36	-1.076.274,32
Fruticultura	-101.503.234,85	-34.468.147,38	-6.782.408,19	-30.118.851,89	-30.133.827,38
Olericultura	-255.424.872,54	-2.022.309,12	-177.425.281,34	-50.584.974,35	-25.392.845,97
Cana-de-açúcar	-19.278.706,70	-6.283.441,00	-971.073,80	-1.412.229,80	-10.611.962,10
Subtotal	-1.219.866.323,98	-417.654.145,74	-252.326.785,49	-386.337.184,76	-163.548.746,24
Leite (mil litros)	-33.832.747,44	-9.052.600,80	-4.885.230,00	-10.412.020,00	-9.482.204,34
Total	-1.253.699.071,42	-426.706.746,54	-257.212.015,49	-396.749.204,76	-173.030.950,58
		Participação % das microrregiões			
Total (Agrícola)	-R\$ 1.219.866.323,98	34,2%	20,7%	31,7%	13,4%
Leite (mil litros)	-R\$ 33.832.747,44	26,8%	14,4%	30,8%	28,0%
Total	-R\$ 1.253.699.071,42	34,0%	20,5%	31,6%	13,8%

Notas: Produção agrícola de 2015 refere-se às safras de 2014/2015 e as culturas temporárias com colheita ou previsão de colheita em 2015. Estimativa com base nos preços médios anuais recebidos pelos produtores entre janeiro e setembro de 2015.

Em termos de valores monetários, as macrorregiões Central e Norte foram as que apresentaram maiores perdas, uma vez que estas regiões tem grande participação na produção de fruticultura e cafeicultura. Em termos quantitativos, a macrorregião Sul foi a que apresentou maior percentual nas perdas. A queda na produção de cana-de-açúcar influenciou no alto percentual de participação na quantidade perdida em toneladas (Tabela 3).

Tabela 3: Estimativa de produção anual de 2015 em toneladas após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.

Produto	Espírito Santo	Participação das microrregiões			
		Central (Centro Norte)	Metropolitana (Centro Serrano)	Norte (Extremo Norte)	Sul (Sul Caparaó)
Cafeicultura	-171.615	-72.481	-17.134	-59.171	-22.829
Feijão	715	-388	3.269	-1.135	-1.031
Milho	-33.072	-4.259	-11.220	634	-18.227
Mandioca	-19.983	-2.288	-331	-6.111	-11.253
Fruticultura	-121.451	-51.404	-6.140	-32.526	-31.382
Olericultura	-77.685	-1.087	-49.052	-11.505	-16.040
Cana-de-açúcar	-508.673	-165.790	-25.622	-37.262	-279.999
Subtotal	-931.764	-297.696	-106.229	-147.076	-380.762
Leite	-39.340	-10.526	-5.681	-12.107	-11.026
Total	-971.103	-308.223	-111.910	-159.183	-391.787
		Participação % das microrregiões			
Total (Agrícola)	-931.764	31,9%	11,4%	15,8%	40,9%
Leite (mil litros)	-39.340	26,8%	14,4%	30,8%	28,0%
Total	-971.103	31,7%	11,5%	16,4%	40,3%

Nota: produção agrícola de 2015 refere-se às safras de 2014/2015 e as culturas temporárias com colheita ou previsão de colheita em 2015.

4.5 Estimativa de produção após descontadas as perdas

Tabela 4: Estimativa de produção anual de 2015 em toneladas após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.

Produto	Espírito Santo Produção	Participação % das microrregiões			
		Central (Centro Norte)	Metropol- itana (Centro Serrano)	Norte (Extrem- o)	Sul (Sul Capara- ó)
Cafeicultura (t)	600.351	37,2	16,0	26,6	20,2
Feijão (t)	14.123	13,0	59,6	8,4	19,1
Milho (t)	31.571	11,1	45,6	24,3	18,9
Mandioca (t)	143.106	22,3	16,5	32,7	28,5
Fruticultura (t)	1.088.034	26,9	16,9	39,5	16,7
Olericultura (t)	889.721	1,3	84,8	1,3	12,6
Cana-de-açúcar (t)	3.567.050	24,2	1,3	64,1	10,3
Subtotal	6.333.957	22,6	17,8	46,5	13,2
Leite (mil litros)	426.435	21,7	9,8	32,6	36,0
Total	6.760.392	22,5	17,3	45,6	14,6

Nota: produção agrícola de 2015 refere-se às safras de 2014/2015 e às culturas temporárias com colheita ou previsão de colheita em 2015.

Tabela 5: Estimativa de valor da produção anual de 2015 em valores monetários após descontadas as perdas para os produtos avaliados em cada macrorregião.

Produto	Valor da Produção (R\$) Espírito Santo	Participação % das microrregiões			
		Central (Centro Norte)	Metropolitana (Centro Serrano)	Norte (Extremo Norte)	Sul (Sul Caparaó)
Cafeicultura	R\$ 2.914.554.119,17	36,2	16,6	25,9	21,4
Feijão	R\$ 31.968.172,33	13,0	59,6	7,9	19,5
Milho	R\$ 18.111.230,33	11,1	45,6	24,3	18,9
Mandioca	R\$ 13.686.657,84	22,3	16,5	32,7	28,5
Fruticultura	R\$ 938.709.097,11	26,1	22,4	31,8	19,7
Olericultura	R\$ 983.614.368,93	2,1	79,5	1,1	17,3
Cana-de-açúcar	R\$ 135.191.195,00	24,2	1,3	64,1	10,3
Subtotal	R\$ 5.035.834.840,72	27,0	29,9	23,1	20,0
Leite	R\$ 366.734.444,86	21,7	9,8	32,6	36,0
Total	R\$ 5.402.569.285,58	26,7	28,5	23,7	21,1

Nota: Estimativa com base nos preços médios anuais recebidos pelos produtores entre janeiro e setembro de 2015.

4.6 Estimativa de produção após descontadas as perdas

Gráfico 1: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção de café (t)

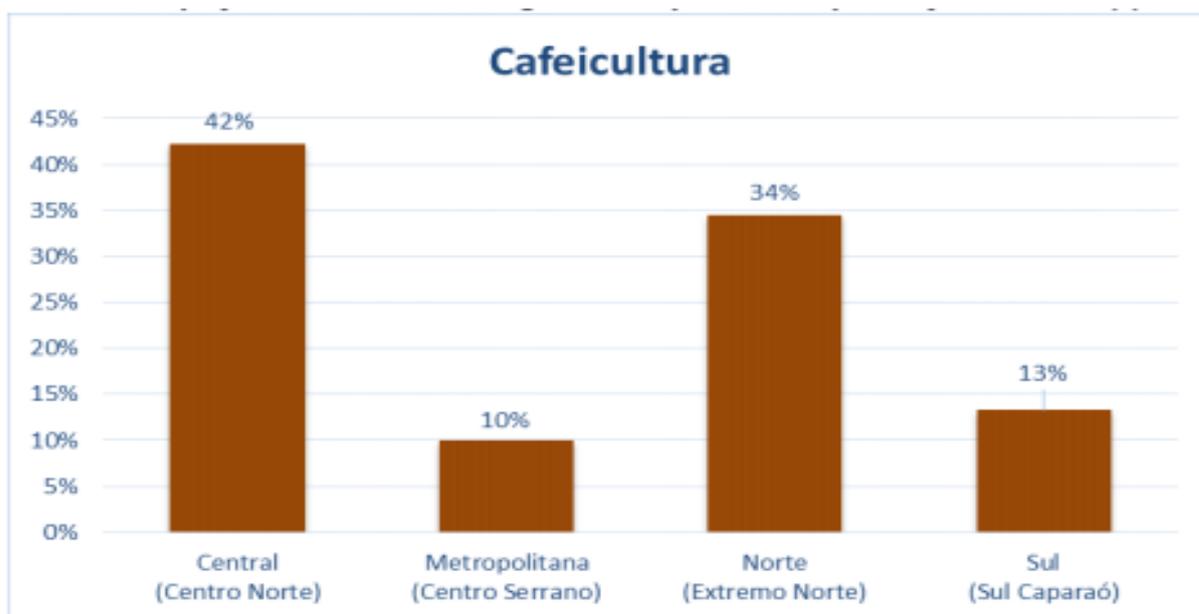


Gráfico 2: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção da fruticultura (t)

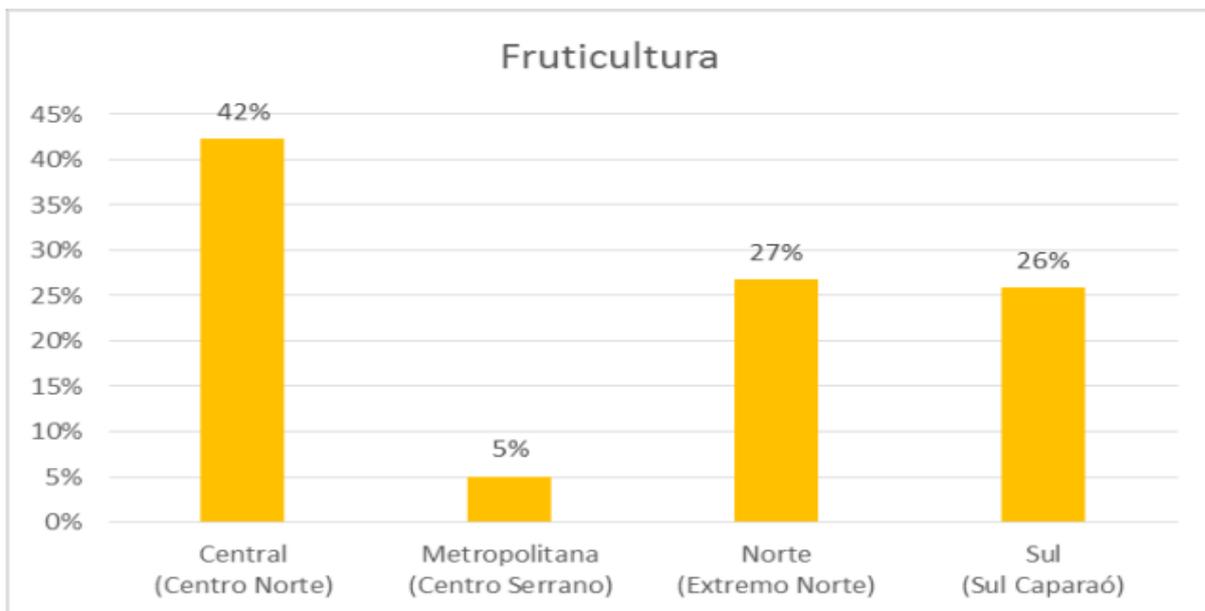


Gráfico 3: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção de olericultura (t)

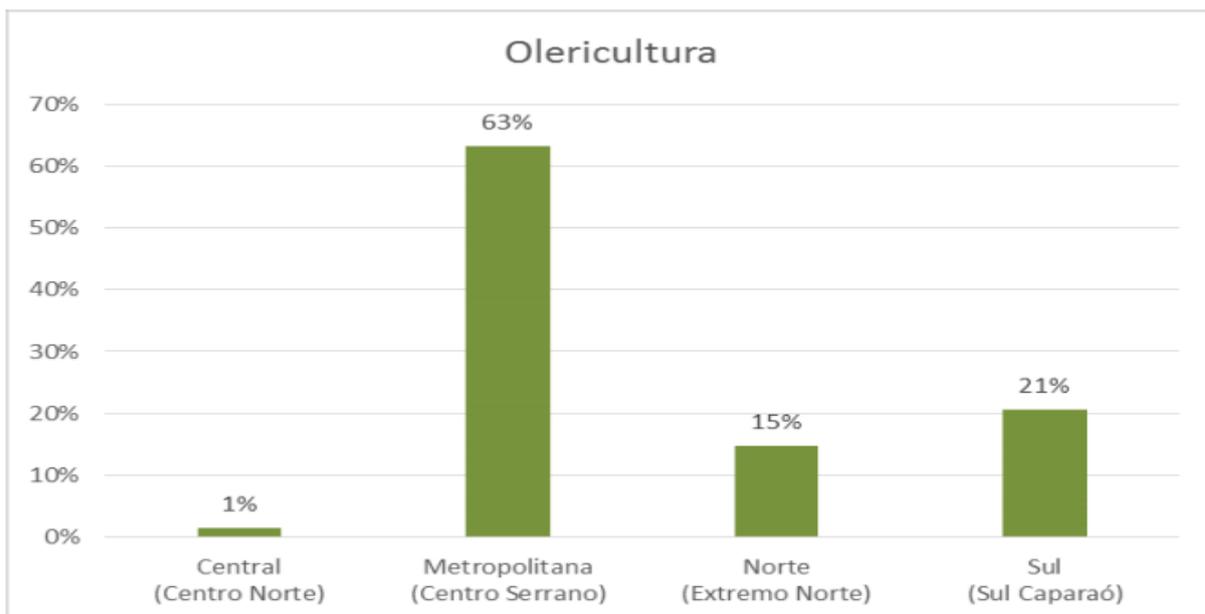


Gráfico 4: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção agrícola (t)

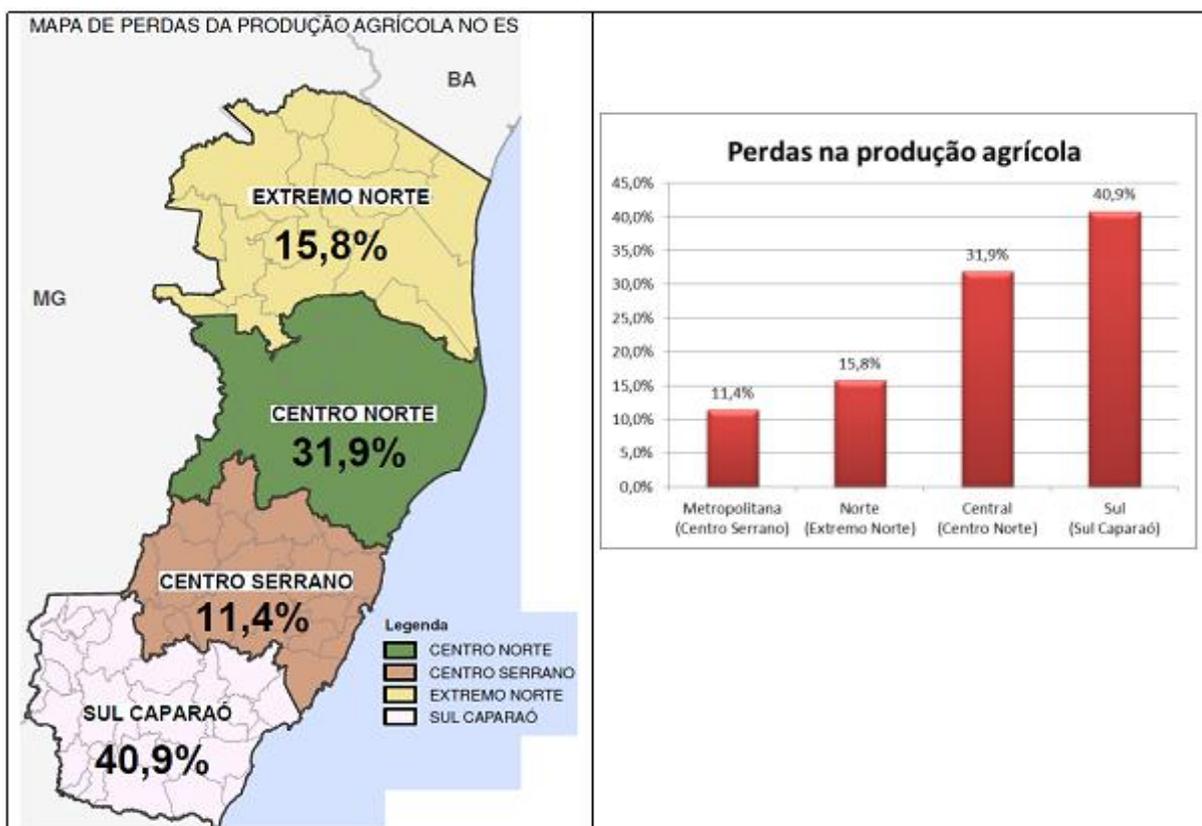


Gráfico 5: Perdas das macrorregiões na produção agrícola em valores monetários

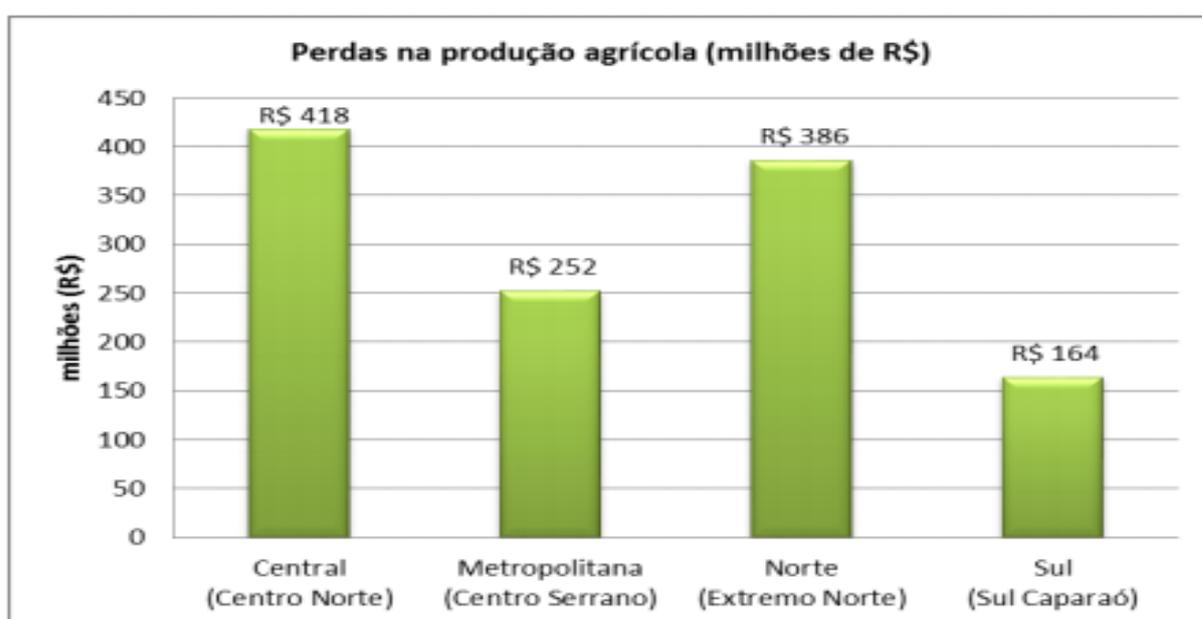


Gráfico 6: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção leite (mil litros)

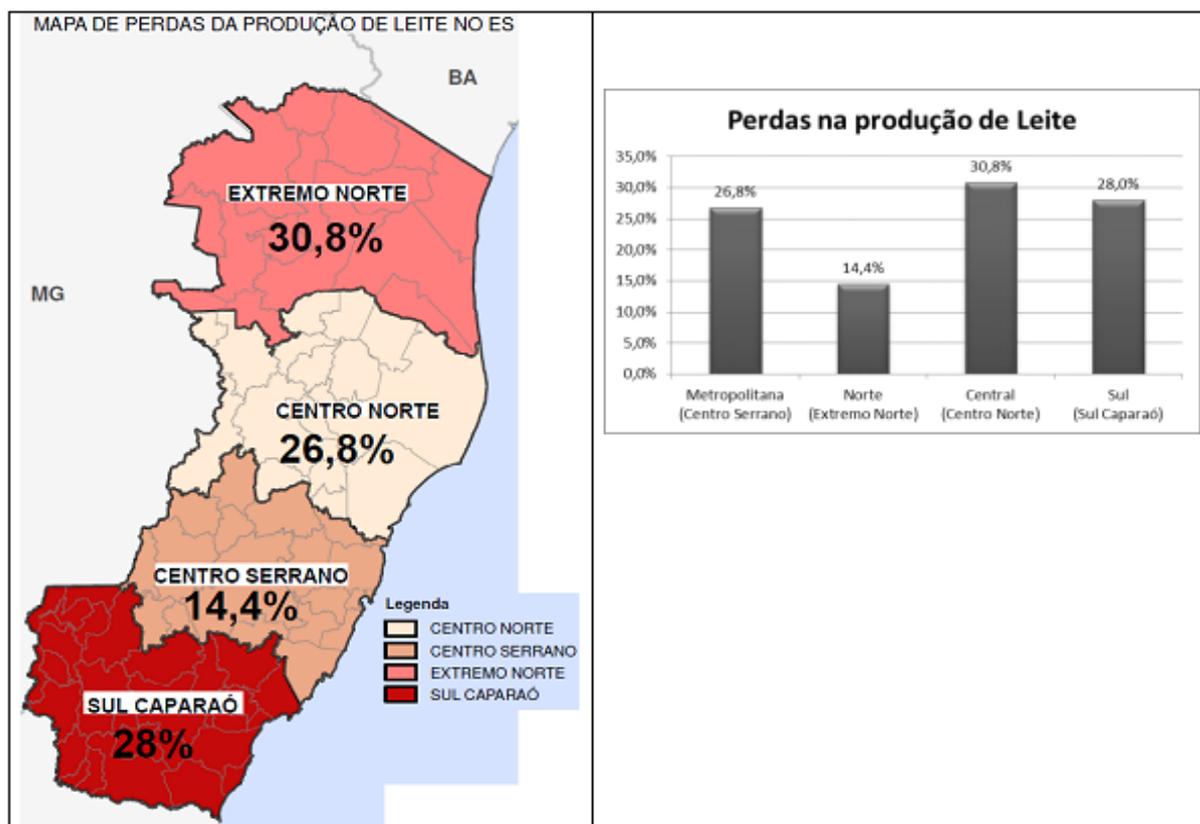


Gráfico 7: Perdas das macrorregiões na produção de leite em valores monetários

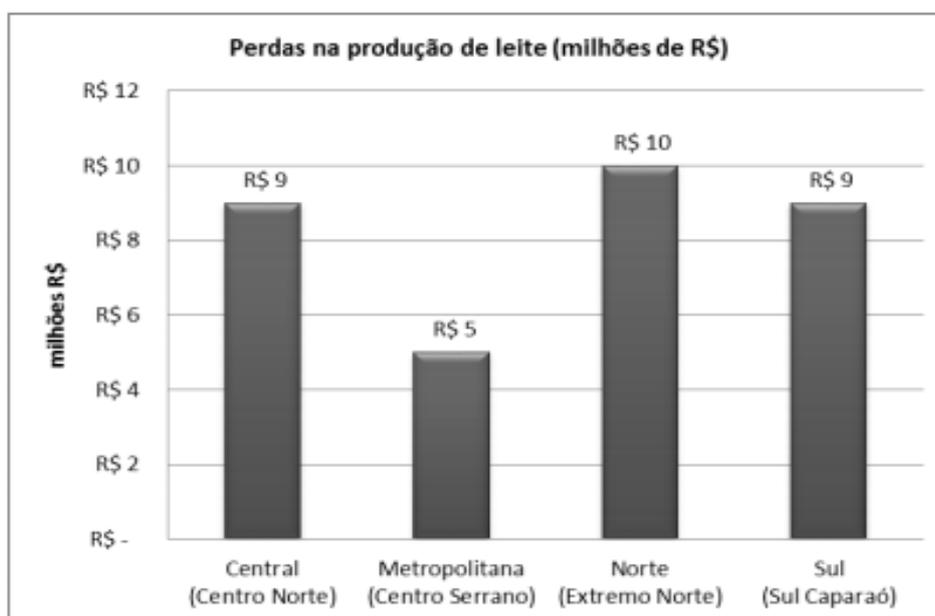


Gráfico 8: Participação % das macrorregiões nas perdas da produção (quant. agrícola + leite)

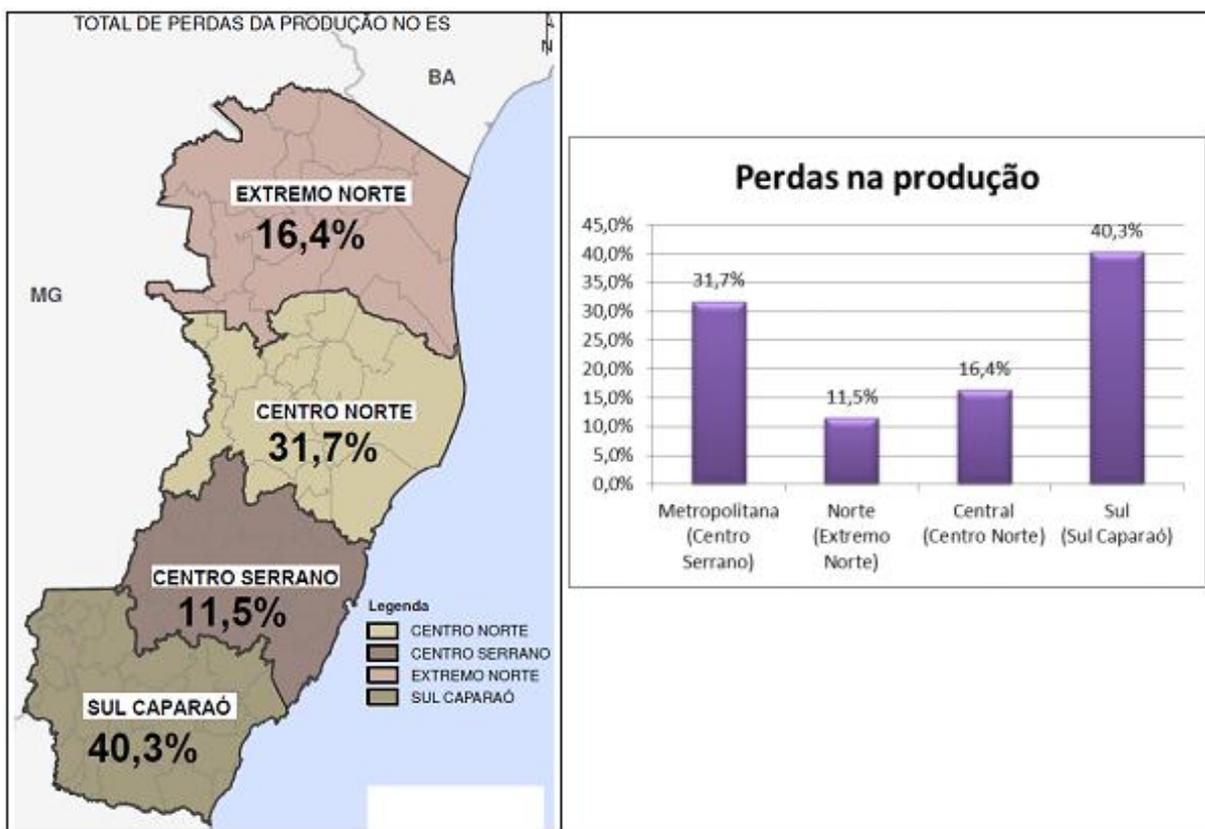
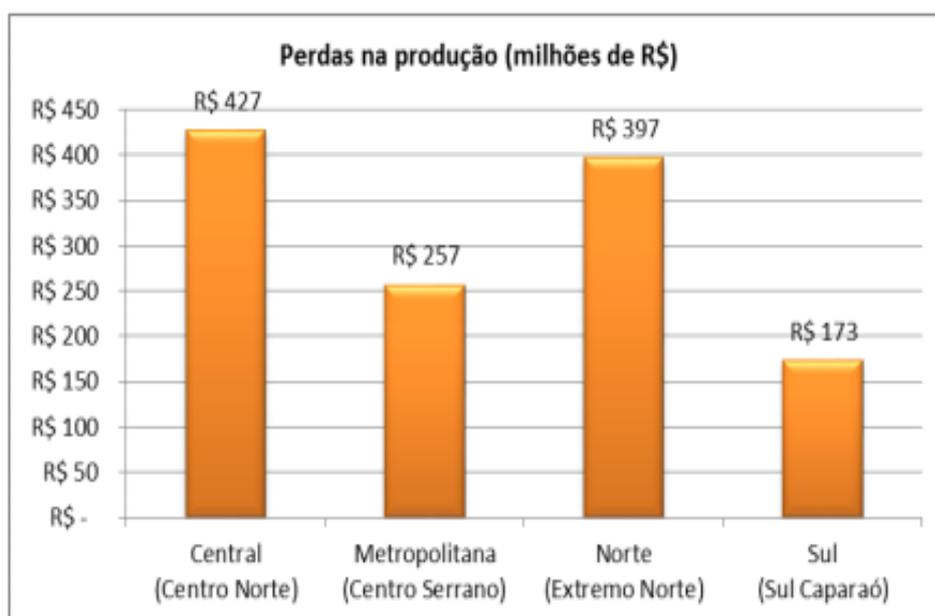


Gráfico 9: Perdas das macrorregiões na produção (agrícola e leite) em valores monetários



5. AÇÕES DA SEAG EM SUSTENTABILIDADE

A SEAG vem dedicando grande atenção na mobilização de todos os agentes que, de forma direta e indireta, atuam no segmento agrícola capixaba para um debate atual e construtivo no sentido de abordar a sustentabilidade do meio rural de forma sistêmica e que contemple o uso e a conservação dos recursos naturais com destaque para a água, sua destinação, fontes e marcos legais compatíveis com a demanda do setor produtivo, do consumidor e de todos os integrantes das cadeias produtivas.

Contudo, apresentamos que, desde o final de 2014, o estado do Espírito Santo tem experimentado uma condição hidroclimática extremamente crítica, caracterizada por volumes anormais de precipitação, que impactam diretamente o escoamento e a vazão dos rios e córregos capixabas. Este cenário aliado à carência de infraestrutura hídrica levou o Espírito Santo a um estado de preocupação em termos de segurança hídrica, particularmente quanto ao abastecimento humano, priorizado pelas políticas de recursos hídricos.

Neste sentido, o Governo do Estado, em janeiro de 2015, por intermédio da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), publicou uma resolução colocando o Espírito Santo em estado de alerta e restringindo o uso da água em todo o Estado. As resoluções apresentam um conjunto de medidas visando diminuir os efeitos da crise hídrica instalada. As medidas, apesar de unilaterais, foram alternativas possíveis e necessárias no momento para garantir a prioridade de abastecimento humano, e tiveram impactos nos mais diversos setores da sociedade.

Com o prolongamento da estiagem, em outubro de 2015, em diálogo e parceria com diversos órgãos, incluindo a SEAG, duas outras resoluções foram publicadas, as quais reiteraram o princípio da Política de Recursos Hídricos que trata da priorização do consumo humano e animal em casos de escassez, estabelecendo uma série de restrições aos demais usos da água, incluindo a irrigação.

Como qualquer decisão unilateral, estas primeiras resoluções causaram descontentamento em diversos setores usuários de recursos hídricos. Dado isso, resultado desta interação (críticas, sugestões e discussões) entre os representantes

de usuários, poder público, sociedade civil e comitês, o Governo lançou mão de novas resoluções, complementando as anteriores e iniciando um processo de gestão de águas sem precedentes no Estado e no País.

As novas resoluções estabelecem novas regras para a inclusão e exclusão da condição de extrema criticidade, dando alternativa às resoluções anteriores a municípios e indústrias e estabelecendo os Acordos de Cooperação Comunitária (ACCs) como ferramenta para a adequação do uso da água em nível de bacia hidrográfica, acordados entre atores locais. Novas resoluções foram publicadas no sentido incluir novos locais ou excluir, mediante aprovação do ACCs.

Em suma, a construção dos ACCs, com apoio e articulação da AGERH, SEAG e outros órgãos públicos estaduais é uma expressão clara quanto ao avanço da prática da gestão de recursos hídricos no Espírito Santo, conforme preconizam a Lei Federal nº 9.433/1997 e a Estadual nº 10.179/2014. Considerando a situação de escassez, as resoluções e os acordos buscam priorizar o uso da água para consumo humano. Além disso, os acordos trazem embutidos os princípios de participação na gestão e descentralização da tomada de decisão, uma vez que o Estado permite que o poder local e suas representações, no âmbito do comitê de bacias hidrográficas, negociem a utilização dos recursos hídricos.

5.1 Assessoria e Atendimento ao Público

Durante todo o ano de 2015, as Gerências da SEAG realizaram uma série de atendimentos e/ou assessorias, presenciais ou não-presenciais, com o intuito de fornecer informações e dar suporte a diversos atores do meio rural, principalmente produtores, quanto aos aspectos relacionados à atuação da SEAG, incluindo:

- Licenciamento de barragens;
- Outorga de recursos hídricos e construção de barragens;
- Legislação de recursos hídricos;
- Acesso a políticas públicas e infraestrutura produtiva;
- Produção animal e produção vegetal;
- Organização das cadeias produtivas;

- Emissão de pareceres técnicos, etc.

As participações da SEAG em eventos técnicos, fortemente motivadas pela grave estiagem que assolou o Estado, foram bastante significativas em 2015. Sugiram várias demandas relacionadas principalmente à discussão sobre a temática da crise hídrica, com o objetivo de difundir informações relacionadas à proteção de nascentes, mudanças climáticas, impactos e perspectivas para a agricultura, sustentabilidade e inovação, dentre outros.

5.2 Participação em Conselhos e Comissões

A SEAG possui assento em diversos Conselhos, destacando-se os relacionados à temática de recursos hídricos e meio ambiente. Desta forma, representantes da SEAG em 2015 participaram de várias reuniões, atuando de forma titular ou suplente nos seguintes Conselhos:

- Conselho Regional de Meio Ambiente I – CONREMA I;
- Conselho Regional de Meio Ambiente II – CONREMA II;
- Conselho Regional de Meio Ambiente III – CONREMA III;
- Conselho Regional de Meio Ambiente IV – CONREMA IV;
- Conselho Regional de Meio Ambiente V – CONREMA V;
- Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA;
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;
- Conselho Gestor da Sub-conta Recursos Hídricos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDÁGUA;
- Conselho Gestor do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUNDEMA.

As reuniões do CERH, do FUNDÁGUA e do CONSEMA foram realizadas na Grande Vitória. As reuniões dos CONREMAS, à exceção do CONREMA V, foram realizadas em outros municípios localizados nas diversas do Estado.

Nas reuniões dos CONREMAS e CONSEMA, em geral, o Conselho delibera sobre intervenções em áreas de proteção ambiental, processos de

autuação, dentre outras pautas. Já nas reuniões do FUNDÁGUA/FUNDEMA é discutida a utilização dos recursos dos fundos, enquanto que as do CERH tratam e deliberam sobre questões relacionadas à gestão e política de recursos hídricos no Estado.

Além dos Conselhos relacionados a recursos hídricos e meio ambiente, a SEAG atuou em outras frentes importantes, tais como:

- Coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS: seis reuniões;
- Coordenação do Comitê Gestor do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar – FUNSAF: duas reuniões;
- Coordenação do Comitê Gestor de Pimenta do Reino: seis reuniões;
- Coordenação do Comitê Gestor de Cacau Sustentável: seis reuniões;
- Membro da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Espírito Santo – CPOrg/ES: doze reuniões;
- Membro da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Espírito Santo – COETRAE/ES: cinco reuniões;
- Membro do Conselho Estadual de Economia Solidária: cinco reuniões;
- Membro do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação – FEHAB: quatro reuniões;
- Membro do Comitê Estadual de Educação do campo: quatro reuniões;
- Membro do Conselho Estadual do trabalho: uma reunião;
- Membro do Conselho Estadual da Juventude: duas reuniões;
- Membro da Câmara de avaliação de Propostas do PNAE/SEDU: uma reunião.

5.3 Integração para Gestão dos Recursos Hídricos

Desde o início de 2015, o Governo do Estado constituiu um grupo de ação, denominado Comitê Hídrico. Originado a partir de uma reunião interna do Sistema SEAG, a equipe, acrescida de algumas Secretarias e Autarquias Estaduais, iniciou as discussões visando à busca de soluções para enfrentamento da crise hídrica que culminava naquele momento. Diversas reuniões interinstitucionais e sete reuniões

em diferentes bacias do Estado foram realizadas, com o objetivo de debater a crise no nível local e ouvir sugestões e críticas da população.

As reuniões por bacia proporcionaram a tomada de algumas ações no âmbito dos órgãos estaduais envolvidos, em termos de resultados práticos e imediatos. As informações foram consolidadas contendo resultados das visitas, apontando medidas já tomadas e propostas apresentadas e discutidas. O relatório, cuja elaboração foi conduzida pela SEAG através da Gerência de Sustentabilidade (GESUST), foi apresentado ao Governador e subsidiou o planejamento estratégico estadual.

A ação do governo e a proposição deste relatório estão embasadas na nova política de recursos hídricos do Espírito Santo (Lei Estadual 10.179/2014), a qual busca garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e seu uso racional e integrado, contribuindo para sua preservação e conservação, bem como assegurar a prevenção e a defesa contra eventos extremos.

Com a crescente aproximação do Sistema da Agricultura aos órgãos e colegiados de gestão de recursos hídricos, a SEAG vem participando ativamente das discussões no âmbito dos Comitês de Bacias e do órgão gestor. Em outubro de 2015, conduziu a elaboração de portaria nº 24-R, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre a participação do IDAF e do INCAPER nas reuniões e atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas. A pauta era uma demanda antiga dos Comitês e representou a possibilidade de um maior envolvimento dos órgãos da Agricultura nas instâncias de decisão quanto ao uso da água nas bacias hidrográficas.

5.4 Programa Estadual de Construção de Barragens

No âmbito da atuação da SEAG na temática reservação hídrica, desde junho de 2015 a Secretaria integra a equipe de gerenciamento do projeto de melhoria da segurança hídrica, que é um programa estruturante do Governo Estadual, a ser acompanhado diretamente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEP). A referida equipe contém ainda servidores da

AGERH, do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN).

Não há dúvidas que um dos meios para se melhorar a segurança e a capacidade de reserva hídrica do Estado é a construção de barragens. Conseqüentemente, a SEAG trata este tema como prioridade, e vem conduzindo projetos e ações específicas, se reunindo com frequência quinzenal para acompanhá-los. Nestas reuniões, são discutidos aspectos relativos aos marcos críticos de cada projeto, ação, prazo, cronograma financeiro, etc.

5.4.1 Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Primeira Geração

- a) Barragens SEDURB-AGERH-SEAG: Em 2015, iniciou-se o processo de resgate do histórico e análise de 34 projetos de barragens contratados pela SEDURB, que foram repassados a AGERH quando esta foi criada. Através do convênio SEAG-AGERH nº 001/2015, tais projetos foram repassados à Secretaria e estão sob a competência da GESUST/GIOR. Após análise, foram identificados alguns erros e/ou inconsistências nos projetos, além de defasagem de preços na planilha de custos. Desde então, a GIOR e a GESUST têm trabalhado no ajuste destes projetos com o objetivo de publicação de edital para contratação das obras.
- b) Barragem de Pinheiros e Boa Esperança: A barragem foi iniciada a partir de convênio firmado entre o Governo Federal e o município de Pinheiros. A obra não foi finalizada, e em 2015, o Governo do Estado se comprometeu em realizar as obras e os serviços complementares visando a conclusão da barragem. Para tanto, foram realizadas diversas reuniões de planejamento envolvendo equipes da SEAG, SEDURB, AGERH, Consórcio Público Intermunicipal Vale do Itauninhas/ES – CIM-Itauninhas e prefeituras, para tratar de questões pendentes relativas a desapropriações, conclusão da obra, resgate de fauna e flora, supressão vegetal, plano do entorno, realocação de estradas e rede elétrica. Dentre os serviços remanescentes, destacam-se os relativos ao cumprimento das condicionantes estabelecidas em seu processo de licenciamento ambiental. Atualmente, a retomada das obras de fechamento da barragem vem sendo tratada diretamente pelo CIM-Itauninhas

e pela SEAG. O processo de contratação das obras encontra-se em trâmite licitatório.

5.4.2 Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Segunda Geração

Em função da demanda por estruturas de reservação hídrica no Estado, está sendo formatado um segundo bloco de barragens com demandas encaminhadas pelos municípios. A partir da solicitação pela municipalidade, a SEAG encaminha o pedido ao IDAF, que elabora um documento chamado "laudo de viabilidade técnica". A partir daí, é dado andamento na abertura do processo para contratação do projeto de engenharia.

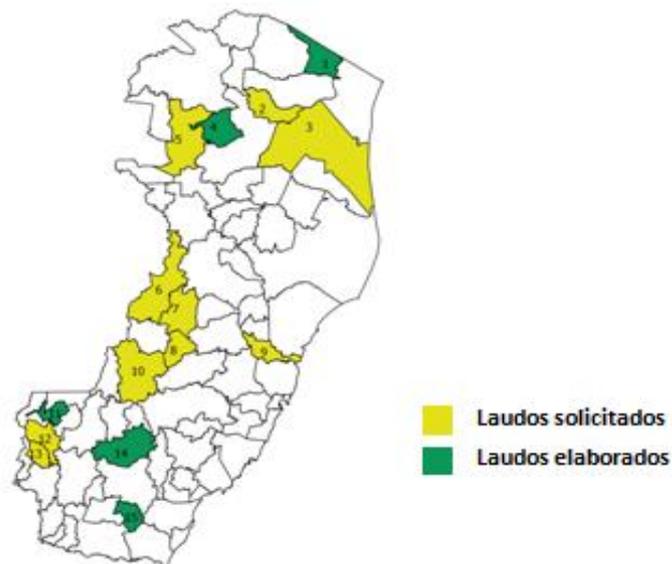


Figura 5: Laudos sobre os Projetos de Barragens de Usos Múltiplos – Segunda Geração
Fonte: SEAG/GESUST

5.5 Infraestrutura em Assentamentos

5.5.1 Projetos de Barragens em Assentamentos Rurais

A SEAG está conduzindo 26 projetos de barragens em assentamentos rurais do Estado que necessitavam de alguns ajustes relativos ao projeto e às questões de licenciamento. Para tanto, foram realizadas visitas técnicas para

verificação "*in loco*" dos parâmetros descritos em projeto, bem como análise das condições atuais de alguns pontos. Após análise, foram identificadas algumas inconsistências nos projetos, além de defasagem de preços na planilha de custos. Desde então, a GIOR e a GESUST têm trabalhado no ajuste destes projetos, com o objetivo de publicação de edital para contratação das obras. Este processo de contratação das obras encontra-se em trâmite licitatório.



Figura 6: Visita ao assentamento Independência, em Conceição da Barra (vista da área que será alagada).



Figura 7: Visita ao assentamento Bela Vista, em Montanha (vista da barragem que será ampliada).



Figura 8: Visita ao assentamento Três Pontões, em Nova Venécia (vista da área que será alagada).



Figura 9: Visita ao assentamento Vale da Vitória, em São Mateus.



Figura 10: Visita ao assentamento Córrego Grande, em São Mateus.

5.5.2 Fundo Social de Apoio a Agricultura Familiar – FUNSAF

Outra ação importante da SEAG em 2015 voltada para os Assentamentos foi dar início à operacionalização do Fundo Social de Apoio a Agricultura Familiar. O FUNSAF foi criado através de uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – cujo montante de recursos iniciais a serem aplicados é de R\$ 12 milhões.

A estrutura organizacional do FUNSAF é constituída por um Comitê Gestor, uma Câmara Técnica e uma Comissão Especial da SEAG, com as suas atribuições definidas de acordo com a Lei 10.390 alterada pela Lei 10.297. Nesse novo formato, a SEAG passa a ser a gestora operacional enquanto o BANDES figura como o gestor financeiro do fundo, realizando, inclusive a contratação dos projetos.

Com o FUNSAF, muda a forma de contratação de projetos da SEAG que passa a ser através de editais públicos dando mais transparência ao uso dos recursos públicos destinados às ações de fortalecimento dos arranjos produtivos da agricultura familiar.

Podem participar do FUNSAF as associações e cooperativas que apresentarem os projetos com vistas a melhorar os processos de produção, da

agroindustrialização, do beneficiamento, da comercialização, da gestão dos empreendimentos, da qualificação da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e do desenvolvimento de pesquisas agropecuárias voltadas à agricultura familiar.

O primeiro Edital do FUNSAF foi publicado em 23/10/2015, totalizando R\$ 3 milhões, visando atender as associações e cooperativas dos Assentamentos de Reforma Agrária, que foram o público beneficiário deste edital.

Com a operacionalização do FUNSAF, que está sendo realizada pela Gerência de Agricultura Familiar (GEAF), a expectativa é que se fortaleça a dinâmica organizacional e produtiva da agricultura familiar, permitindo que os grupos organizados através de associações e cooperativas possam melhorar os seus processos de produção, beneficiamento e comercialização contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável das áreas rurais capixabas.

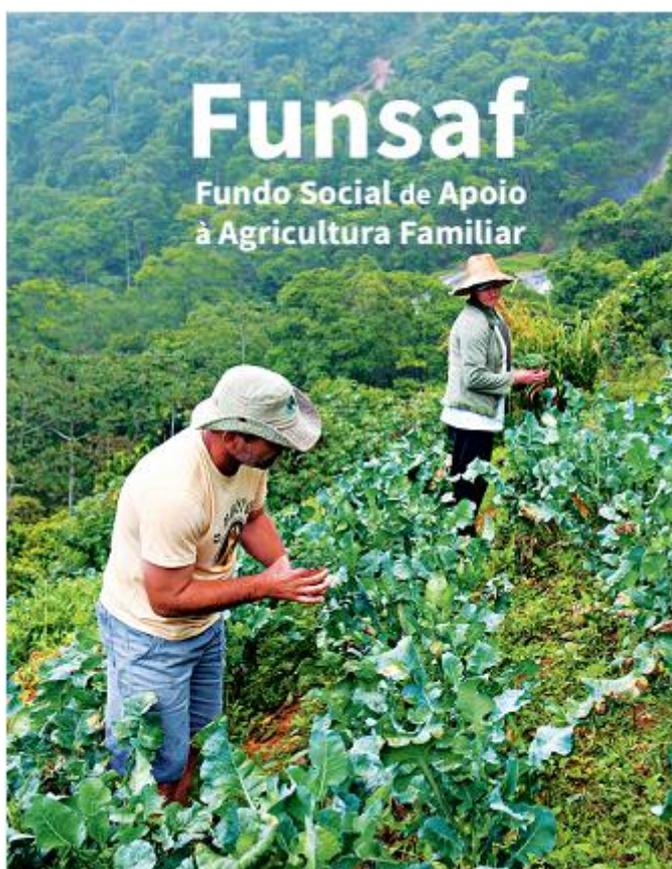


Figura 11: FUNSAF
Fonte: SEAG.

5.5.3 Programa “Energia Mais Produtiva”

A tecnificação da cafeicultura, da pecuária de leite e a diversificação das atividades agrícolas proporcionada pela fruticultura e pela olericultura, além da modernização de outras atividades no campo são fatos marcantes no Estado. Essa tecnificação exige reforço de rede elétrica nas propriedades rurais capixabas, especialmente as de base familiar, pois possibilita a ampliação de renda e dinamiza os processos produtivos.

Uma maior capacidade de carga elétrica na propriedade possibilita a aquisição e o emprego de equipamentos que facilitam os tratos culturais, o beneficiamento de produtos agrícolas. Secadores de café, resfriadores de leite, sistemas de irrigação e batedeiras de cereais, além de diversos equipamentos de uso agrícola movidos a motores elétricos tem demandado maior capacidade de carga elétrica.

Neste sentido, o Programa “Energia Mais Produtiva” tem o propósito de melhorar a oferta de energia elétrica (energia trifásica) para fins de produção agrícola e agregação de valor aos produtos agropecuários das comunidades rurais capixabas. Apesar de ser um Programa extensivo a toda cadeia da agricultura, a SEAG em 2015 priorizou esforços para beneficiar assentamentos rurais inicialmente, de acordo com os recursos limitados disponíveis para contratação das obras de infraestrutura.

No total, três assentamentos rurais e mais uma comunidade estão sendo atendidos pelo Programa atualmente, em quatro municípios distintos, beneficiando diretamente cerca de 120 famílias (Tabela 6). A perspectiva para os próximos anos é que o Programa “Energia Mais Produtiva” tenha maior disponibilidade de recursos para ampliação dos atendimentos e continuidade das ações dos anos anteriores.

Tabela 6: Resultados do Programa "Energia Mais Produtiva" em 2015.
 Fonte: SEAG.

Município	Comunidade	Recursos Contratados em 2015	Situação da Obra (Km de rede)	Numero de famílias beneficiadas
Montanha	Assentamento Oziel Alves	R\$ 296.974,70	13,358 km (concluída em fev/2016)	56 famílias
Pinheiros	Assentamento Nova Conquista	R\$ 8.579,53	0,100 km (obra em andamento)	19 famílias
Pinheiros	Assentamento 11 de agosto	R\$ 9.910,95	0,106 km (obra em andamento)	11 famílias
São Domingos	Vale do Braço do Sul*	R\$ 240.187,95	7,086 km (obra em andamento)	34 famílias
Total de Recursos Financeiros		R\$ 555.833,13		

*Nota: Comunidade Rural

5.5.4 Revitalização de Assentamentos Estaduais

A SEAG, com objetivo de conter o êxodo rural, aumentar a produção de alimentos básicos e gerar renda para os produtores, fomenta desde os anos 80 a democratização da terra com a criação de 23 assentamentos estaduais, presentes em oito municípios capixabas, que beneficiam hoje, com acesso a terra, um total de 467 famílias.

As ações para revitalização de assentamentos estaduais em 2015 contemplaram a construção de duas unidades de produção de farinha de mandioca, localizada nos assentamentos "11 de agosto" e "Nova Conquista", ambos no município de Pinheiros. Os referidos equipamentos concedidos aos assentamentos estão listados no Quadro 5, totalizando R\$ 206.273,00 de recursos investidos.

Quadro 5: Equipamentos concedidos pela SEAG para produção de farinha em assentamentos.
Fonte: SEAG.

Equipamento	Quantidade
Cocho de madeira de lei	6
Balança com plataforma com capacidade para pesar 300 Kg	2
Bomba Firebloco 32-16R-7,5 CV trifásico	2
Caixas plásticas 45 p preta capacidade 25 Kg	80
Balança para ensacolar MB2 matisa, semi automática para produtos farelados	2
Lavador e descascador de mandioca rotativo	2
Ralador, desintegrador e triturador de mandioca automático	2
Prensa hidráulica	2
Torrador automático	2
Peneira elétrica	2
Conjunto desintegrador	2
Classificador beneficiador de farinha com três peneiras	2
Total de recursos investidos: R\$ 206.273,00	

Devido o estado do Espírito Santo ser o segundo produtor e exportador nacional de pimenta do reino, com média de 6,7 mil toneladas produzidas, a SEAG investiu também no fomento desta cultura. Os plantios concentram-se no Norte do Estado, tendo como destaque os municípios de São Mateus e Jaguaré, com mais de 75% da área cultivada e da produção, tornando-se uma importante fonte de geração de renda dos agricultores assentados.

Neste contexto, a Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Assentados – COOPTERRA, no município de São Mateus, foi beneficiada pela SEAG através da concessão de uso de um secador de pimenta do reino e uma peneira pré-limpeza, no valor total de R\$ 60.000,00, atendendo diretamente cinco assentamentos com a estrutura da cooperativa. Hoje, nesses assentamentos, a cultura da pimenta do reino atinge a marca de mais de 30.000 pés plantados.

5.6 Programa “Caminhos do Campo”

A SEAG retomou no final de 2015 as obras do Programa “Caminhos do Campo”, que haviam sido paralisadas pela administração anterior em novembro de 2014. Dos vinte e seis trechos paralisados, doze já tiveram as obras reiniciadas. Com a aprovação da Lei Complementar 800, de junho de 2015, foi criado o Fundo Especial de Apoio ao Programa Caminhos do Campo, o que possibilitou que o

Governo do Estado pudesse captar R\$ 60 milhões junto ao BNDES para reiniciar as obras paralisadas. O compromisso é concluir todas as 26 obras até o final de 2018.

O objetivo do Programa é adequar e pavimentar as estradas rurais do Estado, oferecendo às áreas com maior densidade da agricultura familiar uma melhor trafegabilidade para os veículos que realizam o escoamento da produção, redução de custos e perdas de produtos perecíveis, além de facilitar a mobilidade da comunidade, especialmente a rural, além de desenvolver o agroturismo. As estradas estando pavimentadas atraem mais turistas para as áreas rurais, gerando novas oportunidades de renda por meio de agroindústrias, pousadas, restaurantes e artesanato rural. Em suma, ao melhorar a infraestrutura rural, também há avanços na qualidade de vida da população residente no campo.

O referido Programa apresenta o menor custo por quilômetro do país, utiliza os materiais naturais existentes na região, respeita ao máximo o traçado original, aliando a utilização de tecnologias de última geração para o tráfego característico das estradas rurais. Em geral, os municípios contratam os projetos das obras, o IDAF executa os licenciamentos ambientais e as empresas de pavimentação rodoviária executam os projetos.

Em 2015 foi feita a conservação de estradas que beneficiaram 34 municípios, conforme especificado na Tabela 7. Especifica-se ainda o somatório de trechos em execução e dos projetos, conforme a Tabela 8.

Tabela 7: Somatório de trechos de conservação rodoviária e valores investidos, referente ao programa “Caminhos do Campo” no período de 2015.

Região	Municípios	Valor investido (R\$)
Centro - Serrana	Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Domingos Martins, Marechal Floriano.	R\$ 1.285.185,38
Caparaó	Brejetuba, Conceição do Castelo, Dores do Rio Preto, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire.	R\$ 1.479.385,28
Norte	Alto Rio Novo, Ecoporanga, Mucurici, Pancas, Ponto Belo, São Domingos Do Norte, Vila Valério.	R\$ 833.364,93
Centro - Norte	Ibiraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal, Sooretama.	R\$ 1.133.038,55
Centro	Alfredo Chaves, Anchieta, Cariacica, Fundão, Guarapari, Itaguaçu, Itarana, Santa Maria De Jetibá, Santa Teresa, Viana.	R\$ 1.450.587,31
TOTAL		R\$ 6.181.561,45

Tabela 8: Somatório de trechos em execução, extensão da malha viária e valores investidos, referente ao programa “Caminhos do Campo” no período de 2015.

Programa “Caminhos do Campo”			
Município	Trecho	Extensão (km)	Valor investido (R\$)
Água Doce do Norte	Santo Agostinho - Santa Luzia do Azul (ES 413)	12,00	0,00
Afonso Cláudio	ES 264 - Comunidade de Pontões	2,69	0,00
Águia Branca	ES 080 - Distrito de Águas Claras	10,50	219.918,92
Atílio Vivacqua	Sede - Córrego da Fama - Linda Aurora - São Pedro - Amapá	10,11	0,00
Barra de São Francisco	ES 381 - Vargem Alegre	10,77	235.008,72
Cariacica	Estrada de acesso a Roda D'Água	6,22	1.208.128,84
Governador Lindenberg	Dist. de Moacir-Ferregueti-Barra de Novo Brasil-Dist. de Morelho	13,34	0,00
Ibatiba	Sede - Córrego Ipê / Sede - Cambraia - Ponte do Leondino (Acesso as 2 Santa Marias)	4,01	0,00
Iconha	Entroncamento ES 375(Duas Barras) - Inhaúma-Entroncamento Monte alegre (Rio Novo)	7,98	431.401,44
Iúna	BR 262 - Laranja da Terra	16,67	0,00
João Neiva	Barra do Triunfo - Demétrio Ribeiro	8,26	0,00
Mantenópolis	ES 164 - Distrito de Córrego Alto São José II	10,52	0,00
Marechal Floriano	Comunidade de Santa Maria - Comunidade de São Cristovão	3,45	248.142,35
Marilândia	Distrito de Sapucaia - Patrimônio do Rádio	2,24	66.478,85
Mimoso do Sul	Entº (M. do Sul - São Pedro de Itabapoana) - Sto Antônio do Muqui - Conc. do Muqui	13,06	23.010,42
Montanha	Sede - São Cristovão (1 Etapa)	5,31	0,00
Muniz Freire	Itaici - São Pedro (1) + Entronc. BR 484 - Sede (2)	18,15	0,00
Muqui	Entroncamento BR 393- São Luís - Verdade - Formoso	6,26	0,00
Pedro Canário	ES 209 - Floresta do Sul	9,67	0,00
S. M. Jetibá / S. Leopoldina	São Sebastião de Baixo (ES 264) - Caramuru - IFES	17,50	5.133.547,92
São Roque do Canaã	ES em Construção - São Francisco de Assis	8,60	158.918,19
Vargem Alta	Boa Esperança - (Vargem Alta / Rio Novo) - Virginia Nova	6,14	0,00
Vargem Alta	Entº (Rod. Rio N. do Sul - Belém) - Estação de Soturno - Entº ES 164	8,92	0,00
V.N.do Imigrante Castelo	Caxixe - Sta Terezinha - Igreja Forno Grande - Pq. Forno Grande	12,00	278.529,94
Viana	Jucu - Araçatiba - Fazenda Pau Lavrado Mamoeiro a BR 101	9,49	380.412,14
Vila Pavão	Sede - Praça Rica	13,17	354.929,70
TOTAL (26 Trechos)		247,03	R\$ 8.738.427,43

Especificamente no exercício financeiro de 2015 foram investidos (liquidados) aproximadamente **R\$ 17.192.583,03** no Programa, divididos em obras, conservação, gerenciamento, novos projetos e sinalização.

6. AÇÕES DA SEAG EM INOVAÇÃO

6.1 Programa + Pesquisa AgroCapixaba

A SEAG, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), lançou em dezembro de 2015 o maior edital de pesquisa agropecuária da história do Espírito Santo. Serão investidos R\$ 14 milhões em projetos de pesquisa aplicada, ao longo de três anos, que vão subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, a elevação da renda dos produtores, o adensamento dos arranjos produtivos, a conservação do solo e o uso racional da água.

As linhas de pesquisa foram definidas com base nas demandas colhidas durante as oficinas de trabalho do PEDEAG 3 e após diálogo com professores e pesquisadores de várias instituições de ensino e pesquisa. São 11 áreas temáticas a serem desenvolvidas: Fruticultura; Mamão; Cafeicultura; Produção Animal; Olericultura; Pipericultura; Silvicultura e sistemas integrados de produção; Culturas Alimentares e floricultura; Aquicultura e Pesca; Água, Solo e Agricultura de Baixo Carbono; e Agroecologia e Agricultura Orgânica.

Tabela 9: Distribuição dos recursos financeiros do Programa + Pesquisa AgroCapixaba por tema

TEMA		Recursos (%)	Capital + Custeio ¹ (R\$)	Bolsa ² (R\$)
1	Fruticultura (exceto mamão)	10	1.000.000,00	400.000,00
2	Fruticultura (mamão)	8	800.000,00	320.000,00
3	Cafeicultura	16	1.600.000,00	640.000,00
4	Produção animal	16	1.600.000,00	640.000,00
5	Olericultura	8	800.000,00	320.000,00
6	Pipericultura	6	600.000,00	240.000,00
7	Silvicultura, sistemas integrados como lavoura-pecuária-floresta (iLPF), lavoura-pecuária (iLP), silvipastoril (SSP) ou agroflorestais (SAF),	10	1.000.000,00	400.000,00
8	Culturas Alimentares e floricultura	6	600.000,00	240.000,00
9	Aquicultura e Pesca	6	600.000,00	240.000,00
10	Água, solo e agricultura de baixo carbono	6	600.000,00	240.000,00
11	Agroecologia e agricultura orgânica	8	800.000,00	320.000,00
Total		100	10.000.000,00	4.000.000,00

¹Recursos SEAG. ²Recursos FAPES.

Esse investimento em Pesquisa Agropecuária representa o redirecionamento das políticas públicas voltadas para o setor, uma mudança de prioridades, dada a importância da pesquisa para o desenvolvimento sustentável do agronegócio capixaba. Um dos principais ativos do edital é a integração das instituições, possibilitando que o INCAPER e o IDAF dialoguem com outras instituições como a UFES, o IFES, a UVV, a Unesc, entre outras. A principal novidade é que os projetos precisam, necessariamente, serem desenvolvidos em rede. Cada rede de pesquisa terá um coordenador e será composta, por no mínimo, três projetos, cada qual com um coordenador distinto. Pelo menos um dos projetos deve ser coordenado por pesquisadores do INCAPER ou do IDAF.

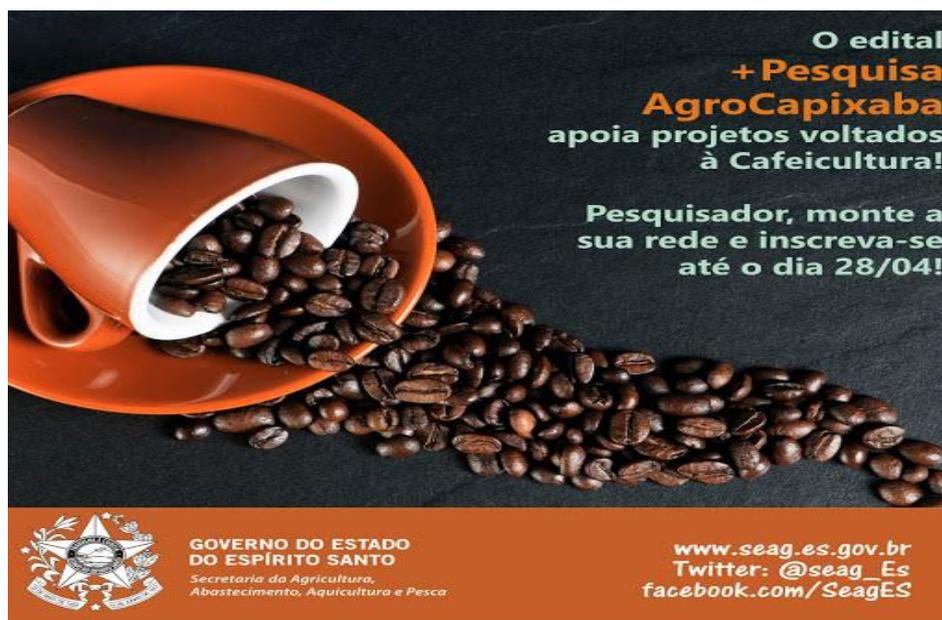


Figura 12: Divulgação do edital + Pesquisa AgroCapixaba no interior do Estado

6.2 Programa de Gestão Avançada das Cooperativas Agropecuárias

A partir de uma iniciativa inédita, a SEAG lançou em 2015 o Programa de Gestão Avançada das Cooperativas Agropecuárias, o PROGESCOOP. Uma parceria entre a SEAG, o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo (OCB/ES) e a Fundação Dom Cabral. O PROGESCOOP possibilitou a implantação do Programa Parceiros para a Excelência (PAEX), desenvolvido pela FDC, em 10 cooperativas agropecuárias capixabas. Isso vai representar um salto de qualidade nos modelos de gestão das cooperativas, beneficiando diretamente mais de 40 mil cooperados. O PAEX contempla a adoção de um modelo de gestão focado na melhoria de resultados e no aumento de competitividade.

No total, o valor repassado para o PROGESCOOP será de R\$ 3.808.000,00, ao longo de três anos (SEAG: 1,5 milhões / Contrapartida da OCB/ES e cooperativas: 2,3 milhões).

6.3 Programa “Calcário Correto”

Os solos do estado do Espírito Santo geralmente apresentam elevada acidez e baixos teores de alguns nutrientes, principalmente cálcio e magnésio, essenciais para o desenvolvimento das plantas e obtenção de produtividades satisfatórias na cafeicultura. A aplicação correta de calcário é uma ótima estratégia para aumentar a produtividade a baixo custo, capaz de elevar a produtividade das lavouras de café em até 30%, segundo pesquisa do INCAPER.

Desta forma, a SEAG desde 2013 coordena junto ao INCAPER o **Programa de Incentivo à Utilização de Calcário – Calcário Correto**, focado na região Sul do Estado, cujo objetivo geral é incentivar a utilização de calcário dolomítico, em propriedades de agricultores familiares selecionados em municípios da Região Sul do estado do Espírito Santo, para renovação ou revigoração de áreas de café, como forma de ampliar a produtividade das lavouras, exercendo efeitos demonstrativos sobre os diversos benefícios combinados dessa prática aos demais cafeicultores desta Região, com forte apoio do serviço de assistência técnica e do mecanismo de crédito rural.

O Programa foi concluído em 2015 e beneficiou 2000 agricultores familiares em 29 municípios com o fomento de quatro mil toneladas de calcário, ao custo unitário de R\$ 83,48, cujo valor total da aquisição foi de **R\$ 333.920,00**. Os beneficiários foram selecionados através de chamamento público com base em propostas apresentadas pelos beneficiários, seguindo critérios estabelecidos em termo de referência específico.

Tabela 10: Municípios Beneficiados, nº de agricultores familiares e quantidade de calcário.
Fonte: INCAPER.

Municípios	Nº de Agricultores	Quantidade Calcário (toneladas)
Afonso Cláudio	120	240
Alegre	90	180
Alfredo Chaves	80	160
Apiacá	30	60
Atílio Vivacqua	40	80
Cachoeiro do Itapemirim	90	180
Cariacica	20	40
Castelo	130	260
Conceição do Castelo	70	140
Divino de São Lourenço	60	120
Dores do Rio Preto	60	120
Guaçuí	120	240
Guarapari	70	140
Ibatiba	80	160
Ibitirama	70	140
Iconha	40	80
Irupi	70	140
Itapemirim	30	60
Lúna	90	180
Jerônimo Monteiro	60	120
Mimoso do Sul	100	200
Muniz Freire	90	180
Muqui	70	140
Presidente Kennedy	20	40
Rio Novo do Sul	70	140
Serra	20	40
São José do Calçado	60	120
Vargem Alta	100	200
Viana	50	100
TOTAL	2.000	4.000

A participação das organizações sociais e entidades representativas proponentes dos municípios de abrangência do Programa foi bastante significativa, com a participação de 19 Secretarias Municipais, 26 Sindicatos, três Conselhos, seis Cooperativas e 91 Associações, totalizando então 145 entidades representativas de agricultores familiares da região de abrangência do programa.

Conclui-se que o Programa “Calcário Correto”, mais que beneficiar agricultores familiares através de instrumento público de seleção, deixou um legado importantíssimo, tendo em vista que as áreas beneficiadas são utilizadas pela rede de extensão rural estadual como Unidades Demonstrativas aos demais agricultores, demonstrando que é possível melhorar os níveis de produtividade das lavouras utilizando o calcário como insumo de maior resposta com baixo custo.



Figura 13: Aplicação de calcário em propriedade de café em Guarapari.
Fonte: INCAPER.

6.4 Programa de Fortalecimento da Pecuária

O Programa de Fortalecimento da Pecuária é conduzido pela Gerência de Aquicultura, Pesca e Produção Animal (GAPPA) na SEAG, através de ações direcionadas aos diversos setores que compõem a cadeia produtiva. As ações são desenvolvidas sem perder de vista a vertente ambiental, objetivando a melhoria da produtividade dos rebanhos, da qualidade dos produtos ofertados ao consumidor e da sustentabilidade do meio rural.

6.4.1 Implantação da Regionalização de Matadouros e Entrepósitos Inspeccionados

O aumento do rebanho de bovinos, de suínos, de ovinos e de aves traz como consequência o aumento nas aglomerações desses animais. Isso traz no seu bojo o aumento de doenças e de parasitas. Algumas doenças são classificadas como zoonoses, ou seja, doenças que podem atacar animais e o homem. Bem por isso, aumenta a preocupação governamental com a segurança alimentar da população.

A Lei Federal nº 7.889 de 23/11/1989 e a Lei Estadual nº 4.781 de 14/06/1993 disciplinam o abate e a comercialização de carnes e seus derivados. O Decreto Estadual nº 3.999-N de 24/06/1996 torna obrigatório a prévia inspeção e fiscalização de produtos de origem animal do estado do Espírito Santo.

Mesmo com leis rigorosas, tanto na escala Federal, quanto na Estadual, para limitar e até estancar o abate clandestino (sem inspeção) de animais, ainda é muito grande a realização de abates sem obedecer à legislação vigente. Tal fato põe em risco a saúde da população, bem como causa prejuízos ao meio ambiente. Preocupado com a melindrosa situação, o governo do Estado, através do IDAF/SEAG, vem executando ações para Implantação da Regionalização de Matadouros e Entrepostos Inspeccionados do estado do ES.

Neste sentido, a SEAG em 2015 investiu para conclusão do abatedouro regional localizado no município de Guaçuí, equipando-o com máquinas e equipamentos novos. Foram aplicados R\$ 1.174.999,50 em recursos financeiros para as aquisições, conforme descrito na Tabela 11.

Tabela 11: Aquisição de maquinas e equipamentos para o abatedouro regional em Guaçuí.
Fonte: SEAG.

Máquinas / Equipamentos	Valor (R\$ - Ano 2015)
Equipamentos para linha de matança bovina e suína	650.399,50
Equipamentos para refrigeração/congelamento	524.600,00
Total de Recursos Financeiros	1.174.999,50

Vale salientar que a construção de um abatedouro regional traz benefício em duas vertentes. A primeira é o abate com inspeção oficial, realizado em instalações adequadas que utilizam tecnologias apropriadas e por isso garante qualidade sanitária e higiênica dos produtos finais ofertados para a população. Este fato, por si só, já caracteriza sobejamente o interesse público e justifica o Governo empregar recursos públicos. A segunda vertente é o lado social que o abatedouro ajuda a resolver. Muitos produtores familiares por possuírem sempre pequenos rebanhos e cuidarem, principalmente, da produção de leite, muitas vezes não conseguem enviar seus poucos animais de descarte para o abatedouro. Em geral, os abatedouros estão muito distantes da propriedade e também não há interesse, por parte dos abatedouros privados em adquirir pequeno número de animais e ainda sendo estes animais de descarte.

6.4.2 Implantação de Tanques de Resfriamento e Granelização do Transporte

Os tanques resfriadores de leite distribuídos funcionam como tanques comunitários e visam atender prioritariamente a produtores que se enquadrem nas normas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. É um programa de relevante interesse público tendo em vista que busca objetivamente a melhoria da qualidade do leite e em consequência aumento de renda para o produtor e segurança alimentar para o consumidor.

No período de 2011 a 2014 foram disponibilizados 180 tanques resfriadores para 63 municípios, beneficiando 1.223 agricultores familiares, conforme demonstra a Tabela 12.

Tabela 12: Distribuição de tanques resfriadores segundo o número de municípios e agricultores familiares beneficiados, no período de 2011 a 2014.

Ano	Tanques resfriadores (nº)	Municípios beneficiados (nº)	Agricultores beneficiados (nº)
2011	43	15	340
2012	68	15	476
2013	24	14	161
2014	45	19	246
Total	180	63	1.223

Esta ação teve importante caráter social, pois viabiliza a mínima produção dos agricultores familiares e, bem por isso, consegue oportunizar a permanência desses produtores no campo.

Durante o ano de 2015 não houve a entrega de tanques de resfriamentos, mas um virtuoso empenho da SEAG em manter os diversos tanques distribuídos operando com êxito, contribuindo assim para uma melhoria da qualidade do leite capixaba.

6.4.3 Melhoramento Genético do Gado de Leite

Esta ação trabalha o apoio à implantação de núcleos de inseminação artificial e objetiva promover a melhoria genética dos rebanhos de pequenos

pecuaristas, organizados em núcleos de produtores, através da disponibilização de botijão comunitário e doses de sêmen de alto padrão genético.

Sempre que se organiza um núcleo dessa natureza, há necessidade de que a comunidade tenha, pelo menos, um trabalhador capacitado em inseminação artificial. Os participantes do núcleo elaboram normas que regulamentam a forma de participação de cada beneficiário.

Os produtores recebem orientações técnicas, que podem ser do INCAPER, da Prefeitura municipal ou das cooperativas e, às vezes também de faculdades ou escolas técnicas. Os trabalhos de inseminação ficam sob o comando do inseminador.

No período de 2008 a 2014 foram comprados 270 botijões de estocagem de sêmen, e em 2015 foram disponibilizadas 3.270 doses de sêmen, os quais foram repassados aos pequenos produtores.

6.4.4 Melhoramento Genético da Pecuária de Leite em Propriedades Familiares

As ações vinculadas ao melhoramento genético da pecuária de leite em propriedades familiares do ES estão sendo conduzidas através de uma parceria entre a SEAG, a OCB/ES, as Cooperativas de Laticínios do ES e a Associação dos Criadores e Produtores de Gado de Leite do ES – ACPGLES.

Dentro destas ações está contemplada a assistência técnica periódica mensal obrigatória. Um técnico presta assistência técnica a, no máximo, 20 (vinte) produtores. Esta iniciativa, além de visar objetivamente o melhoramento genético do rebanho dos mini e pequenos produtores, busca também melhorar as condições técnicas e gerenciais das propriedades trabalhadas.

O sêmen sexado exige mais cuidado no seu manuseio e deve ser usado em vacas sadias com adequados escores corporais. Objetiva, neste caso, obter um arranjo reprodutivo de forma a conseguir animais de alto padrão genético, mas que sejam adaptados ao clima onde vivem e, dessa maneira, aumentar a produtividade do rebanho leiteiro, em nível de Estado. Para tal, a ACPGLES define junto aos produtores o acasalamento dirigido, ou seja, disponibiliza o sêmen do touro de

acordo com as características de cada vaca. A assistência técnica, neste caso, garante o êxito do programa.

As cooperativas se comprometem com a prestação da assistência técnica aos produtores beneficiários do programa. Por seu lado, a ACPGLES fica encarregada de fazer a supervisão do programa e controlar a disponibilização das doses de sêmen para cada produtor, de acordo com as cooperativas a qual o produtor é associado.

O produtor entra e fica no programa durante três anos consecutivos. Ele pode inscrever, no máximo, 12 vacas e, para cada uma delas, recebe duas doses de sêmen sexado por ano. O produtor paga parte do custo das doses de sêmen que recebe.

Já nasceram em torno de 3.095 bezerras de vacas inscritas no programa. Dessas bezerras nascidas, já pariram mais de duzentas. Todas as vacas oriundas desse programa apresentaram produção acima de 16 quilogramas de leite por dia. Essa produtividade é um salto extremamente significativo se considerarmos que a média de produção das vacas no Estado está estimada em seis a sete quilogramas de leite por vaca, por dia.

Um convênio assinado com a ACPGLES previu a aplicação de recursos na ordem de R\$ 64.800,00, dividido em duas parcelas de R\$ 32.400,00, para a execução do programa. O presente convênio entrou em vigor no dia 01/01/2015 tendo sua duração até 31/12/2016.

6.4.5 Projeto Controle da Brucelose e Tuberculose

O Projeto Brucelose é uma iniciativa da SEAG, desenvolvido em parceria com a Federação de Agricultura do ES (FAES), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/ES), a Superintendência Federal da Agricultura (SFA), o IDAF, o INCAPER e a OCB/ES. O objetivo deste projeto foi reduzir a incidência de novos focos da doença no Estado, através da vacinação dos animais, com a expectativa de atingir uma cobertura vacinal de mais de 80% em 2015.

Essas vacinações foram realizadas pelos agentes de saúde animal dos sindicatos rurais e por veterinários autônomos. O índice vacinal em 2011 foi de pouco mais de 60%, em 2012 atingiu-se um índice de 73%, em 2013 chegou a 76% e em 2015 alcançou o índice de 82%. Esse índice vacinal vem aumentando ano após ano, graças ao projeto de vacinação instituído pela SEAG junto aos parceiros. Em 2016 estima-se atingir a meta de 85% de índice vacinal.

6.5 Fortalecimento da Aquicultura e da Pesca

Em 2015, foi publicado pelo governador o decreto sobre o licenciamento da Aquicultura no Estado, que vem beneficiando principalmente os pequenos e médios produtores capixabas, sem prejuízos para a segurança ambiental. Uma das principais modificações é a unificação do licenciamento das atividades em apenas um órgão. Atualmente, a competência é compartilhada entre o IDAF e IEMA. Com a nova regra, apenas o IEMA ficará responsável por emitir as licenças.

Outra novidade é a criação de critérios de dispensa de licenciamentos para casos como:

- Piscicultura e/ou carcinicultura (criação de camarão) em viveiros escavados (incluindo policultivo) cujo somatório de superfícies de lamina d'água seja menor ou igual a um hectare;
- Piscicultura e/ou carcinicultura em tanques redes cujo somatório de volume total das unidades de cultivo seja menor ou igual a 200 m³;
- Ranicultura (criação de rãs) cujo somatório de área de produção seja menor ou igual a 400 m³;
- Laboratório de produção de formas jovens com área menor ou igual a 0,5 hectares;
- Unidade de produção de peixes ornamentais com área útil menor ou igual a 200 m².

Além disso, as novas regras estabelecem critérios para o licenciamento simplificado, a saber:

- Piscicultura e/ou carcinicultura (criação de camarão) em viveiros escavados (incluindo policultivo) cujo somatório de superfícies de lamina d'água seja menor ou igual a 1 hectare e menor que 4 hectares;
- Piscicultura e/ou canicultura em tanques redes cujo somatório de volume total das unidades de cultivo seja menor ou igual a 200 m³ e menor ou igual a 450m³;
- Ranicultura (criação de rãs) cujo somatório de área de produção seja superior a 400 m³, menor ou igual a 1.200 m²;
- Laboratório de produção de formas jovens com área menor ou igual a 0,5 hectares e menor ou igual a 1,5 hectares;
- Unidade de produção de peixes ornamentais com área útil superior a 200 m² e menor ou igual a 1.000 m².

Outra iniciativa importante para a aquicultura e pesca em 2015 foi a ativação do laboratório de pós-larvas de camarão da malásia, localizado em Novo Brasil, no município de Governador Lindenberg. O novo laboratório começou a fazer a entrega de pós-larvas aos produtores no primeiro semestre do ano passado. O mesmo é administrado pela Cooperativa dos Aquicultores do Espírito Santo (CEAQ) e atende prioritariamente aos 12 municípios tradicionais na produção de camarão da água doce em terras capixabas. As pós-larvas cultivadas no espaço também são comercializadas para carcinicultores de todo o Espírito Santo e dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Os carcinicultores capixabas passaram a contar com pós-larvas de qualidade, com regularidade de oferta e a preço de mercado, o que resolve um gargalo histórico do setor e é fundamental a retomada da produção.

A SEAG atuou também na distribuição de kits com equipamentos para aquicultura, com o objetivo de contribuir com as atividades do setor visando o aumento da qualidade. No total, foram sete municípios contemplados, além de técnicos e escritórios locais do INCAPER, totalizando 15 deles.

Os kits são compostos por um oxímetro, um pHmetro (leia-se peagâmetro) e um GPS. Os municípios beneficiados foram São Domingos do Norte, Alegre,

Conceição do Castelo, Fundão, Marechal Floriano, Domingos Martins e Nova Venécia. Além dessas cidades, o Instituto Federal do Espírito Santo também foi beneficiado. A SEAG considera importante aumentar o nível tecnológico dos sistemas produtivos que acontecem na aquicultura, uma vez que isso pode servir de subsídio para assessoria técnica e para o desenvolvimento do setor.



Figura 14: Kits com equipamentos para aquicultura distribuídos pela SEAG.

6.6 Estruturação da Política Estadual de Agricultura Orgânica

Em 2015, a SEAG, por meio da Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal (GEAP) e instituições parceiras, iniciou a estruturação da Política Estadual de Agricultura Orgânica e Agroecologia. A intensificação das ações de ATER e de Pesquisa é necessária para o fortalecimento da Agricultura Orgânica, com o setor buscando cumprir as diretrizes previstas na referida Política:

- Atuar na perspectiva da produção visando atender ao mercado local e regional;
- Atuar com foco na diversidade de produção com foco na otimização da mão de obra e da renda familiar;

- Mapear e qualificar a produção agroecológica e orgânica e certificar os processos produtivos;
- Fortalecer a identidade rural dos produtos de origem agroecológica e orgânica;
- Agregar valor à produção através da orientação dos processos de transformação dos produtos (agroindústria familiar);
- Mobilizar e dialogar com os agentes da cadeia produtiva da agroecologia e agricultura orgânica para inserir as novas oportunidades que se fazem presentes no meio rural, em especial às do agroturismo, das feiras agroecológicas, do processo de comercialização em redes para atender aos hotéis, pousadas e restaurantes;
- Agilizar o processo de transformação imposto pelo mercado globalizado, competitivo e capitalista sem perder sua identidade e pertencimento rural em uma perspectiva de inclusão social produtiva econômica e ambiental;
- Fortalecer as iniciativas de organizações produtivas no meio rural com inserção dos grupos informais, grupos formais, associações, cooperativas, redes de produção e comercialização.

- Fortalecimento da agroecologia e da agricultura orgânica como instrumento de política pública para o desenvolvimento rural sustentável;
- Abertura de novos canais de comercialização.

6.7 Abertura de Novos Canais de Comercialização

A SEAG trabalha intensamente no sentido de abrir novos canais de comercialização para os sistemas de produção agroecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar. A formação de parcerias possibilitou a ampliação dos canais de comercialização e resultou em 2015 na inauguração da feira agroecológica no Boulevard Shopping em Itaparica, Vila Velha. Essa estratégia da SEAG fortalece, estrutura e qualifica a cadeia produtiva da agroecologia e agricultura orgânica.

A feira agroecológica no Boulevard Shopping foi a nona feira do gênero inaugurada na Grande Vitória, com o diferencial de ter sido a primeira dentro de um Shopping Center. Os consumidores fazem suas compras inclusive aos domingos, em ambiente climatizado e com estacionamento gratuito.

Foram 25 grupos de agricultores familiares do Estado cadastrados pela SEAG e instituições parceiras, com acordo de cooperação firmado entre o Boulevard Shopping, a SEAG, as associações de produtores “Amparo Familiar” e a “APSAD VIDA” de Santa Maria de Jetibá e a Associação de Moradores e Produtores da Comunidade de Paraju – AMOPAR. A parceria garante a diversificação e a qualidade dos produtos que são ofertados na feira, como frutas, verduras e legumes, além de produtos da agroindústria (geléias, bolos, pães, entre outros). Com intuito de contribuir na logística de colheita e transporte da produção, a SEAG disponibilizou 550 caixas plásticas para os agricultores familiares cadastrados nesta feira, com o objetivo de garantir o acondicionamento e o transporte seguro das mercadorias.

Os produtos comercializados nas feiras agroecológicas são produzidos sem a utilização de agrotóxicos e com base nos princípios da sustentabilidade, por meio de critérios determinados pela SEAG e pelo INCAPER. No Espírito Santo, os produtos agroecológicos vêm ganhando o mercado e a mesa dos consumidores. Já são mais de 300 produtores certificados, que atuam em vários municípios, como

Santa Maria de Jetibá, Iconha, Fundão, Muqui, Cachoeiro do Itapemirim, Nova Venécia, Pedro Canário e Laranja da Terra.



Figura 16: Divulgação da feira agroecológica no Boulevard Shopping.
Fonte: SEAG.



Figura 17: Realização de feira agroecológica no Boulevard Shopping.
Fonte: SEAG.

Atualmente, são produzidas em média três mil toneladas de orgânicos por mês no Espírito Santo. A produção de outras 10 mil toneladas está em fase de transição para o modelo orgânico. Entre os produtos que se destacam estão hortaliças em geral, frutas, produtos da agroindústria caseira, como pães, biscoitos, bolos, doces e geléias. Flores, plantas medicinais e temperos também são comercializados nos mais de 50 pontos de venda do Estado, entre supermercados, feiras livres e feiras especializadas. Pelo menos 40 municípios no Estado produzem orgânicos atualmente, 21 deles com produtores certificados.

Para impulsionar e desenvolver tecnologias voltadas à modalidade orgânica, o INCAPER mantém uma Unidade de Referência em Agroecologia em Domingos Martins. Denominado “Desenvolvimento Integrado de Tecnologias e Indicadores Agroambientais para a Produção de Alimentos Orgânicos”, o projeto treinou mais de 500 produtores e recebeu a visita de mais de quatro mil pessoas ao longo de 25 anos de história. Em 2014, venceu o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, concedido pelo Ministério da Integração Nacional.

6.8 Parceria para a criação do Complexo de Armazenagem de Grãos em Viana/ES

O Ministério da Agricultura, por meio da CONAB, incluiu no seu Plano Plurianual (PPA) o projeto denominado Complexo de Armazenagem de Grãos, composto por uma bateria de silos metálicos com capacidades de 75.000 toneladas, a ser instalado no estado do Espírito Santo, mais especificamente no município de Viana. Tal estrutura faz parte do Plano Nacional de Armazenagem do Ministério da Agricultura, que visa ampliar em 1.000.000 de toneladas a capacidade estática de armazenagem de grãos no Brasil. Para tanto o Ministério projeta a instalação de cinco dessas estruturas no Brasil, que visam o armazenamento de milho para formação de estoque regulador do Governo Federal.

A instalação desses silos em Viana possibilitará a remoção e armazenagem do milho produzido no Centro-Oeste, visando atender às necessidades de abastecimento do sul, sudeste e nordeste brasileiros, bem como servirá de pulmão para as exportações brasileiras de grãos. Resolverá um problema

sério de logística, pois o milho poderá ser transportado via férrea para a estrutura de armazenagem e dela para outros Estados via cabotagem, o que proporcionará a retirada de mais de 18 mil carretas bi trem que transportam diariamente o milho em estradas brasileiras. Ocasionalmente ainda a regulação da oferta e estabilização de preços à medida que permitirá a armazenagem de milho nos períodos de safras elevadas, bem como o estoque necessário para abastecimento nos períodos de entressafra ou de quebra de safra.

Para o estado do Espírito Santo, a instalação dos silos metálicos é de grande importância para a produção avícola, a suinocultura e a bovinocultura, agroindústrias e fábricas de ração, atividades pujantes no nosso Estado, mas altamente dependentes do fornecimento de milho. Apesar de ser o maior produtor nacional de ovos e possuir uma avicultura de corte avançada e exportadora, o Estado produz apenas 10% do milho que consome, o que significa um déficit de 650.000 toneladas do grão. Para atender a demanda desses setores os produtores capixabas possuem frotas de caminhões dedicadas ao transporte do milho do Centro-Oeste para o Espírito Santo, o que ocasiona custos elevados de produção bem como pressiona as estradas do Estado e do Brasil em função da estrutura precária atualmente existente. A instalação dessa nova logística implicará na diminuição dos custos de produção de ração na ordem de 25%, segundo estimativa da CONAB.

O Espírito Santo foi escolhido para implantação do projeto em função da sua localização estratégica e boa estrutura portuária. O local escolhido em Viana para a instalação do projeto, com 100.158,32 m² (parcelado em cinco áreas), após estudo desenvolvido pela CONAB, encontra-se às margens da Rodovia BR 262 e às margens da ferrovia Centro-Atlântica (FCA), e possui condições ótimas para instalação de toda estrutura necessária para a implantação do projeto.

A CONAB e o Ministério solicitaram ao Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEAG, para ser parceiro do projeto, na aquisição do imóvel para a sua implantação. Considerando todos os benefícios advindos com sua implementação para os produtores e a agroindústria capixabas, para a infraestrutura de transporte e para regiões direta e indiretamente afetadas com a oportunidade de

alavancagem das atividades ocasionando a ampliação na produção e na geração de empregos, a SEAG entendeu a importância do projeto e sua utilidade pública.

Em 2015, os processos de desapropriação de quatro das cinco áreas foram concluídos, com investimento, naquele exercício, pela SEAG de R\$ 4.032.333,34 nas aquisições do imóvel, para a CONAB poder dar início às contratações necessárias para a implantação do empreendimento.

6.9 Estudo sobre a redução do ICMS do Etanol

A baixa competitividade do setor sucroenergético no estado do Espírito Santo é atribuída principalmente à elevada taxa tributária que incide sobre o etanol hidratado, em que o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Produtos) incidente sobre o etanol hidratado em outros Estados da Federação é inferior ao aplicado no Espírito Santo. No estado de Minas Gerais, o ICMS foi reduzido de 19% para 14%, garantindo uma maior competitividade em relação aos outros Estados.

As usinas de açúcar e etanol de Minas Gerais ganharam fôlego com a redução de ICMS desde março de 2015, o que tornou o combustível competitivo nos postos de Minas Gerais. Essa medida resultou no aumento consecutivo de venda de álcool no estado, sendo que, no mês de março de 2015 foram comercializados 105,6 milhões de litros, ante 52 milhões de litros no mesmo mês de 2014. Em abril, foram mais 140 milhões de litros (56,7 milhões de litros no ano anterior) e, em maio, 142,8 milhões de litros, antes 42 milhões de litros do ano anterior. Para o pesquisador Haroldo Torres do Pecege (Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas da Esalq/USP), a desoneração do ICMS gerou ganho e liquidez no setor.

Em algumas cidades mineiras, a combinação de diferencial de preços é muito importante, aonde o etanol chega a R\$ 1,20 mais barato que a gasolina, o que comprova a competitividade do etanol em relação à gasolina.

Em 2013 a cadeia produtiva do setor de cana de açúcar no Estado de São Paulo foi contemplada com a redução do ICMS (de 25% para 12%). Estudos realizados pela União da Indústria de Cana-De-Açúcar (UNICA) e Fundação Instituto

de Estudos Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo (USP), indicam que a redução do ICMS cobrado sobre a venda de etanol hidratado, de 12% para 7%, trará impactos positivos sobre empregos, produção industrial e a geração de riquezas no estado de São Paulo. Uma das principais conclusões do documento, é que o ICMS mais baixo sobre o etanol resultará um aumento mais expressivo sobre o PIB paulista. De acordo com a presidente da UNICA, o estudo da redução da redução do ICMS pode gerar mais 11 mil novos postos de trabalho no estado, com benefícios adicionais para a indústria de bens de capital que abastece o setor sucroenergético, quase toda ela instalada no estado de São Paulo e hoje enfrentando uma ociosidade de 50%.

No Espírito Santo o ICMS incidente sobre o etanol é de 27% valor esse superior aos 14% e 12% aplicados, respectivamente, para Minas Gerais e São Paulo, contribuindo negativamente para competitividade do setor no estado, conforme mostrado na Figura 18.

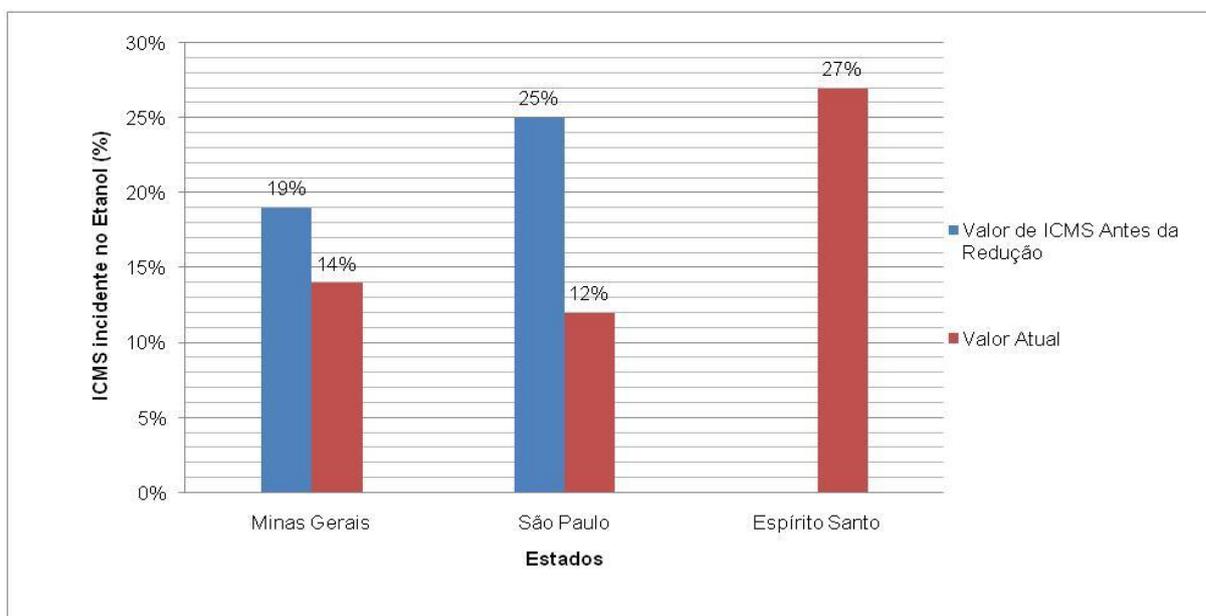


Figura 18: Comparação do valor ICMS incidente no Etanol sem redução e o valor atual.
Fonte: Dados obtidos nas Secretarias de Estado da Fazenda do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Desta forma, o estudo sobre a redução do ICMS do Etanol conduzido pela SEAG em 2015 foi de suma importância, no sentido de identificar os principais pontos para recuperação do setor sucroenergético no estado do Espírito Santo. A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) apontou as seguintes medidas:

- Redução da alíquota de ICMS nas operações internas de álcool hidratado de 27% para 15%;
- Concessão de crédito presumido de 17% nas operações internas de álcool anidro (alíquota de 27%);
- Concessão de crédito presumido de 2% nas operações interestaduais de álcool anidro (alíquota de 12%);
- Concessão de crédito presumido de 10% nas operações internas de álcool hidratado (alíquota de 15%);
- Concessão de crédito presumido de 2% nas operações interestaduais de álcool hidratado (alíquota de 12%);
- Os créditos presumidos seriam tomados, pelos produtores, mediante registro no livro fiscal competente;
- Aumento da alíquota de ICMS nas operações internas de gasolina C de 27% para 29%;

Esse aumento (no ICMS da gasolina) compensaria, com muita sobra, a perda de arrecadação pela redução da alíquota nas operações internas de álcool hidratado e na concessão dos créditos presumidos. A responsabilidade pelo destaque e recolhimento do ICMS nas operações internas com álcool hidratado passaria para as Usinas (produtores), extinguindo a substituição tributária pelas Distribuidoras (vigente).

Além disto, o setor sucroenergético capixaba, mesmo frente às dificuldades expostas, contribui de forma decisiva na recuperação ambiental, quando mais de 5% da lavoura já é colhida sem queima e todas as unidades estão se adequando as normas atuais de reserva legal e proteção de nascentes.

6.10 Criação de Comitês Gestores

Em agosto de 2015, a SEAG instituiu através da portaria nº 014-R o Comitê Gestor da Pimenta do Reino do estado do Espírito Santo. Os principais objetivos do Comitê são os seguintes:

- a) Desenvolver ações que visam modernizar e dinamizar a cadeia produtiva da Pimenta do Reino;
- b) Identificar os pontos de estrangulamento e as soluções necessárias ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pimenta do Reino;
- c) Discutir e propor ações no âmbito do cooperativismo, da pesquisa, da assistência técnica e transferência de tecnologia, do processamento e do mercado interno e externo;
- d) Promover articulações interinstitucionais para potencializar as ações do comitê;

A iniciativa de criação do referido Comitê justifica-se devido a vários fatores, tais como:

- A importância econômica e social que a Cadeia Produtiva da Pimenta do Reino representa para o Estado, em especial para a Região Norte;
- O Espírito Santo é o segundo maior produtor e exportador nacional de Pimenta do Reino, cuja cadeia produtiva estima-se que absorve 15 mil capixabas;
- Esse produto ocupa a terceira posição do ranking das exportações do agronegócio capixaba;
- Trata-se de uma atividade tipicamente familiar, inclusive com boa parte da produção oriunda de assentamentos capixabas;
- Existência da necessidade de promover a agregação de valor ao produto, tendo em vista que sua comercialização ainda é efetuada como commodity;
- Existência da necessidade de organizar e articular a pesquisa científica e a transferência de tecnologias, especialmente nas áreas de melhoramento genético, no desenvolvimento de variedades tolerantes a pragas e doenças, na fertilidade do solo e nutrição de plantas; na sustentabilidade dos recursos

hídricos e nas práticas culturais de manejo de plantas e de melhoria do processo pós-colheita, dentre outras.

Além da SEAG, o Comitê Gestor da Pimenta do Reino é composto pelas seguintes entidades: Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Bacia do Cricaré (COOPBAC), Universidade Federal do Espírito Santo - Campus São Mateus (UFES), OCB-SESCOOP/ES, Secretaria Municipal de Agricultura de São Mateus, SENAR/ES, FAES, Comissão de Agricultura, de Silvicultura, de Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, SEBRAE/ES, INCAPER, IDAF, SFA-ES, Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Sustentável do Extremo Norte Capixaba - Consórcio Prodnorte e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A SEAG atualizou e instituiu também em agosto de 2015 o Comitê Gestor do Programa Cacau Sustentável do estado do Espírito Santo, através da portaria nº 015-R. Os principais objetivos deste Comitê são os seguintes:

- a) Gerenciar o Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau - Cacau Sustentável de forma compartilhada, com foco nas ações nele contempladas;
- b) Buscar soluções conjuntas para eventuais problemas advindos da execução desse Programa e propor correções de rumo que possam dar celeridade ao desenvolvimento das referidas ações;
- c) Discutir e propor ações no âmbito do cooperativismo, da pesquisa, da assistência técnica e transferência de tecnologia, do processamento e do mercado interno e externo;
- d) Promover articulações interinstitucionais para potencializar as ações do Comitê.
- e) Discutir e propor outras ações de interesse do setor que possam beneficiar os cacaucultores.

A iniciativa de criação do referido Comitê justifica-se devido a vários fatores, tais como:

- A importância econômica, social e ambiental da cultura do cacau no Estado do Espírito Santo, especialmente a praticada em sistema tradicional denominada “Cabruca”;
- A abrangência da atividade que está distribuída em 25 municípios, perfazendo uma área de 23 mil hectares, sendo Linhares o maior município produtor;
- Essa atividade destacou-se durante muitos anos como uma grande produtora de amêndoas, chegando a produzir 12 mil toneladas/ano com uma produtividade de 35 arrobas/hectare;
- A incidência da doença fúngica “Vassoura-de-Bruca” (VB) desde 2001, que, por sua severidade, tem provocado perdas acentuadas na produção (quatro mil toneladas/ano) e na produtividade (12 arrobas/hectare), com reflexos negativos diretos no índice de ocupações e empregos;
- O forte componente ambiental dessa atividade, pois cerca de 80% das lavouras estão em áreas protegidas por remanescentes da Mata Atlântica, às margens do Rio Doce e em sua grande maioria localizada em Áreas de Preservação Permanente - APP;
- O notório deslocamento das lavouras de cacau para as áreas de “chapadões” em sistemas agroflorestais, podendo, com essa lógica, deixar vulneráveis esses remanescentes florestais pela pressão da doença nas lavouras desenvolvidas no sistema tradicional de “Cabruca”;
- A necessidade de organização da cadeia produtiva do produto e o adensamento de seus elos para enfrentar o problema da doença;
- A necessidade de revitalizar, prioritariamente, as áreas de cacau atingidas pela VB utilizando-se de técnicas de substituição de plantas doentes em sistemas tradicionais ou agroflorestais, com vistas à recuperação da renda, à ampliação do nível de empregos e à preservação do Bioma da Mata Atlântica remanescente.

Além da SEAG, o Comitê Gestor do Programa Cacau Sustentável é composto pelas seguintes entidades: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), INCAPER, IDAF, IEMA, Associação dos Cacaucultores de Linhares (ACAL), Associação de Produtores Rurais de Perobas (APROPEBA), OCB-SESCOOP/ES, Cooperativa dos Cacaucultores do Espírito Santo (COOPERCAU), FAES, SENAR/ES, Prefeitura Municipal de Linhares (PML), Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (IPEMA), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB/ES), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), BANDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SEBRAE/ES.

6.11 Disponibilização de Máquinas e Equipamentos

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEAG, tem disponibilizado às prefeituras municipais, bem como às associações e cooperativas, sindicatos, dentre outras entidades, diversas máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo, tornando possível um amplo desenvolvimento da agricultura no interior do Estado.

A Gerência de Integração e Suporte Técnico (GISTE) é responsável por analisar as demandas e elaborar os pareceres técnicos referentes a estes atendimentos, certificando se as entidades atendem os requisitos pré-estabelecidos para receber os bens.

Especificamente são veículos utilitários e caminhões, secadores de café, conjuntos de unidades de processamento (despolpadores), tratores agrícolas, motoniveladoras, pás-carregadeiras, retroescavadeiras, agroindústrias com centro de beneficiamento, rolos-compactadores, etc.

Em geral, as ações contempladas visam dar condições estruturais ao desenvolvimento rural, fortalecendo as representações de agricultores no apoio aos seus cooperados e associados e as prefeituras municipais em suas políticas de facilitação do trabalho do agricultor, além de facilitar o escoamento da produção.

Numa vertente importante pode-se citar a cessão de equipamentos para beneficiamento (secadores, piladores, despolpadores) para a cafeicultura, principal

atividade agrícola do Estado, como forma de dar celeridade às ações de promoção da qualidade do produto.

Nesta linha de ação, a SEAG celebrou parcerias com os segmentos organizados, através de termos de concessão de uso, disponibilizando **132** equipamentos no ano de 2015 e contabilizando um investimento total de **R\$ 4.754.103,82***, sendo válido lembrar que, deste montante, mais de noventa por cento refere-se à execução de emendas parlamentares consignadas no orçamento da SEAG para 2015. Ressalta-se que todos os municípios capixabas do interior foram beneficiados com máquinas e equipamentos.

Tabela 13: Demonstração dos equipamentos disponibilizados pela SEAG em 2015 com recursos do Tesouro, segundo suas quantidades.

Ação	Objeto	Qtde
MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E COMERCIALIZAÇÃO	Caminhão pipa	13
	Caminhão baú isotérmico	1
	Caminhão basculante	5
	Veículo tipo Pick-up	5
	Trator Agrícola de 75CV	9
	Micro trator agrícola	4
	Carreta agrícola p/ trator de 75CV	13
	Carreta agrícola p/ micro trator	4
	Grade aradora p/ trator de 55CV	2
	Grade aradora p/ trator de 75CV	6
	Grade hidráulica p/ trator de 75CV	4
	Arado hidráulico fixo p/ trator de 75CV	4
	Cultivador p/ micro trator	7
	Roçadeira p/ trator de 75CV	3
	Roçadeira frontal p/ micro trator	1
	Roçadeira hidráulica p/ trator de 55CV	1
	Batedeira de Cereais	2
	Sulcador simples	1
	Secador de café 60 sacas	1
	Secador de café 80 sacas	1
	Secador de café 120 sacas	7
	Pilador de café 800@	15
	Lavador descascador de mandioca	2
	Ralador, desintegrador de mandioca	2
	Prensa hidráulica	2
	Torrador automático	2
	Peneira elétrica	2
	Conjunto desintegrador de mandioca	2
	Classificador de farinha	2
	Empacotadeira com balança	2
	Moto bomba	2
	Cocho de madeira	6
	Balança de 300 kg	2
Televisão	1	
TOTAL DE EQUIPAMENTOS ENTREGUES	132	
TOTAL INVESTIDO: R\$ 4.754.103,82		

* Valor obtido pela soma dos bens adquiridos, pagos e tombados em 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações expostas neste relatório, fica evidenciado pelos resultados apresentados que a SEAG cada vez mais busca investir no sentido de melhorar a qualidade de vida da população rural e reduzir as desigualdades regionais, através da promoção do desenvolvimento sustentável da atividade agrícola no estado do Espírito Santo.

Através de ações criativas, sustentáveis e inovadoras, a SEAG fomenta a diversificação da produção e a ampliação dos canais de comercialização, aumentando ainda mais a competitividade dos produtos capixabas em um mercado cada vez mais organizado e qualificado.

O ano de 2015 apresentou um desafio ainda maior para a Gestão, no sentido de superar os reflexos das condições climáticas severas e as restrições orçamentárias. Contudo, a SEAG tem plena consciência do seu importante papel para que o setor agropecuário continue sendo um dos principais geradores de emprego e renda para a maioria dos municípios capixabas, com grande importância socioeconômica para o Estado.

Por fim, espera-se que o objetivo da transparência tenha sido alcançado com a apresentação deste relatório das ações desenvolvidas pela SEAG em 2015. As ações em prol da agricultura se intensificarão ainda mais nos próximos anos, mais uma vez enraizadas nos pilares da sustentabilidade e da inovação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Vitória-ES, 2015.

DIO-ES. Diário Oficial do Espírito Santo. Vitória-ES, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de desenvolvimento “Espírito Santo 2030”. Vitória-ES, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. Vitória-ES, 2015.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Vitória-ES, 2015.

SEAG. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Vitória-ES, 2016.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento,
Aquicultura e Pesca

FICHA TÉCNICA

Organização

Jonas Coutinho Lisboa

Colaboradores

Anderson Teixeira Baptista

Aureliano Nogueira da Costa

Eduardo Chagas

Gisela Belotti Vivacqua

José Arthur Bermudes da Silveira

Juliana Paiva Faria Faleiro

Luiz Carlos Leonardi Bricalli

Marcelo Suzart de Almeida

Mauricio Freixo Pogian

Tiago Augusto Monteiro de Oliveira

Winker Denner Rodrigues Mesquita